



25  
ANOS  
TRF2



**Expediente**

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Desembargador Federal Sergio Schwaitzer  
**Presidente**

Desembargador Federal Poul Erik Dyrlund  
**Vice-Presidente**

Desembargadora Federal Salete Maccaloz  
**Corregedor-Regional**

Roque Bonfante de Almeida  
**Diretor Geral**

**Produção Editorial:**

**Coordenação Geral**  
Lenora de Beaurepaire Schwaitzer

**Coordenação Editorial**  
João Coelho

**Coordenação de Produção Gráfica**  
Ricardo Horta

**Pesquisa e Redação**  
André Camodego  
Lenora de Beaurepaire Schwaitzer  
Marcelo Ferraz

**Editoria de Imagens**  
Lenora de Beaurepaire Schwaitzer

**Revisão de Textos**  
André Camodego  
Mauro Figueiredo

**Colaboração Especial**

Desembargador Federal Paulo Barata

**Colaboração**

Adilson Teixeira de Faria  
Ceres Fassine de Carvalho  
Débora Cordeiro da Costa  
Marcele Xavier de Oliveira Favaron  
Maria da Conceição Cardoso Panait  
Milene Ferrão  
Susana Tupinambá  
Thamyris Conceição Macedo  
Viviane Gorgati Viegas

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Rio Apa

**Design da capa**

Flávia Lamego

**Acervos Fotográficos Utilizados**

Arquivo TRF2  
Arquivo CCJF  
Wikipedia

**Impressão**

Seção de Produção Gráfica/TRF2

**Informações**

www10.trf2.jus.br/25anos

Schwaitzer, Lenora de Beaurepaire.

TRF2: 25 anos / Lenora de Beaurepaire Schwaitzer, André  
Camodego, Marcelo Ferraz. -- 1. ed.--  
Rio de Janeiro: TRF-2ª Região, 2014.

112 p.: il; 21cm

ISBN 978-85-62108-01-3

1. Tribunal Regional Federal da 2ª Região – História. 2.  
Justiça Federal –  
Brasil – História. I. Camodego, André. II. Ferraz, Marcelo. III. Título.

Lenora de Beaurepaire Schwaitzer

André Camodego

Marcelo Ferraz

**TRF2: 25 ANOS**

1ª Edição

Rio de Janeiro

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

2014



**Magistrados do TRF2**

*Listados por ordem de antiguidade*

|                                                              |                                                                 |
|--------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|
|                                                              | Desembargadora Federal<br>SALETE MACCALÓZ (Corregedora)         |
| Desembargador Federal<br>PAULO ESPIRITO SANTO                | Desembargador Federal<br>GUILHERME COUTO                        |
| Desembargadora Federal<br>MARIA HELENA CISNE                 | Desembargador Federal<br>GUILHERME CALMON                       |
| Desembargadora Federal<br>VERA LÚCIA LIMA                    | Desembargador Federal<br>JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA              |
| Desembargador Federal<br>ANTONIO IVAN ATHIÉ                  | Desembargador Federal<br>JOSÉ FERREIRA NEVES NETO               |
| Desembargador Federal<br>SERGIO SCHWAITZER (Presidente)      | Desembargadora Federal<br>NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO |
| Desembargador Federal<br>POUL ERIK DYRLUND (Vice-Presidente) | Desembargador Federal<br>LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO       |
| Desembargador Federal<br>ANDRÉ FONTES                        | Desembargador Federal<br>GUILHERME DIEFENTHAELER                |
| Desembargador Federal<br>REIS FRIEDE                         | Desembargador Federal<br>ALUISIO MENDES                         |
| Desembargador Federal<br>ABEL GOMES                          | Desembargador Federal<br>MARCUS ABRAHAM                         |
| Desembargador Federal<br>LUIZ ANTONIO SOARES                 | Desembargador Federal<br>MARCELO PEREIRA DA SILVA               |
| Desembargador Federal<br>MESSOD AZULAY NETO                  | Desembargador Federal<br>RICARDO PERLINGEIRO                    |
| Desembargadora Federal<br>LANA REGUEIRA                      | Desembargadora Federal<br>CLAUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA    |

**Alçados ao Superior Tribunal de Justiça**

*Listados por ordem de posse no STJ*

|                                                                  |                                                        |                                                                         |
|------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|
| Desembargador Federal<br>ARNALDO LIMA                            |                                                        |                                                                         |
| Desembargador Federal<br>BENEDITO GONÇALVES                      |                                                        |                                                                         |
| <b>Aposentados</b><br><i>Listados por ordem de aposentadoria</i> |                                                        |                                                                         |
| Desembargador Federal<br>AGUSTINHO FERNANDES DIAS DA SILVA       | Desembargador Federal<br>ROGÉRIO VIEIRA DE CARVALHO    | Desembargadora Federal<br>LILIANE DO ESPIRITO SANTO RORIZ DE ALMEIDA    |
|                                                                  | Desembargador Federal<br>ANTÔNIO CRUZ NETTO            | Desembargador Federal<br>RALDÊNIO BONIFACIO COSTA                       |
| Desembargador Federal<br>SÉRGIO D’ANDRÉA FERREIRA                | Desembargadora Federal<br>TANIA HEINE                  |                                                                         |
| Desembargadora Federal<br>CÉLIA GEORGAKÓPOULOS                   | Desembargador Federal<br>PAULO FREITAS BARATA          | <b>In Memoriam</b><br><i>Listados por ordem de falecimento</i>          |
| Desembargador Federal<br>SILVÉRIO LUIZ NERY CABRAL               | Desembargador Federal<br>JOSÉ EDUARDO CARREIRA ALVIM   | Desembargadora Federal<br>MARILENA SOARES                               |
| Desembargador Federal<br>CLÉLIO ERTHAL                           | Desembargador Federal<br>JOAQUIM ANTONIO CASTRO AGUIAR | Desembargador Federal<br>CELSO GABRIEL DE REZENDE PASSOS                |
| Desembargador Federal<br>ANDRÉ JOSÉ KOZLOWSKI                    | Desembargador Federal<br>ALFREDO FRANÇA NETO           | Desembargador Federal<br>JOSÉ RICARDO DE SIQUEIRA REGUEIRA              |
| Desembargador Federal<br>NEY MOREIRA DA FONSECA                  | Desembargador Federal<br>ALBERTO NOGUEIRA              | Desembargador Federal<br>NEY VALADARES                                  |
| Desembargador Federal<br>HENRY BIANOR CHALU BARBOSA              | Desembargador Federal<br>FERNANDO JOSÉ MARQUES         | Desembargador Federal<br>FRANCISCO JOSÉ PIRES DE ALBUQUERQUE PIZZOLANTE |
| Desembargador Federal<br>VALMIR MARTINS PEÇANHA                  | Desembargador Federal<br>SERGIO FELTRIN CORRÊA         | Desembargadora Federal<br>TANYRA VARGAS DE ALMEIDA MAGALHÃES            |
| Desembargadora Federal<br>JULIETA LÍDIA LUNZ                     | Desembargador Federal<br>FREDERICO GUEIROS             | Desembargador Federal<br>ROMARIO RANGEL                                 |



# Apresentação

## *Bodas de prata com a cidadania*

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) foi criado pela Constituição Federal promulgada no dia 5 de outubro de 1988. Essa Carta Magna, fruto de vinte meses de trabalho da Assembleia Constituinte, composta por 559 congressistas e presidida pelo deputado federal Ulysses Guimarães (1916 – 1992), ficou conhecida como a “Constituição Cidadã”. Foi o próprio deputado quem primeiro se referiu a ela dessa forma. A expressão justifica-se pela inédita relevância que a Constituição conferiu aos direitos sociais, assim como pelo momento histórico em que surgiu, marcando a restauração da democracia no país.

Para lembrar apenas uma das muitas garantias sociais instauradas pela nova lei fundamental, citamos o benefício assistencial para idosos e deficientes, que é, muitas vezes, o único meio de sobrevivência para pessoas que não têm como prover o próprio sustento e não podem contar com o apoio familiar. O auxílio monetário tem sido motivo para o ajuizamento de milhares de ações contra a Previdência na Justiça Federal, a qual tem a função de assegurar direitos eventualmente negados pela Administração Pública.

A Constituição Federal de 1988, que extinguiu o Tribunal Federal de Recursos, centralizado em Brasília, dividiu a segunda instância da Justiça Federal em cinco regiões, estabelecendo a criação de um Tribunal Regional Federal para cada uma delas. No ano seguinte, eles foram efetivamente instalados em Brasília (TRF1), Rio de Janeiro (TRF2), São Paulo (TRF3), Porto Alegre (TRF4) e Recife (TRF5). A cerimônia de instalação da Corte Federal da 2ª Região, TRF2, que abrange os estados fluminense e capixaba, ocorreu no dia 30 de março de 1989.

Mais do que um texto que dita normas e princípios, a Constituição Cidadã é um conceito ético e político, uma expressão de dever do Estado e da vontade popular, que não tem como ser dissociada das prerrogativas sociais que o seu texto defende. Trata-se de um casamento que se renova diariamente, com a atuação das instituições que existem para fazer cumprir a Lei e oficializar os votos que unem os brasileiros à sua própria identidade cidadã, entre as quais se encontra o Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

A presente obra visa a celebrar a destacada participação do TRF2 na história dessas bodas com a cidadania. Como iniciativa da atual Presidência do Tribunal (gestão 2013/2015), este trabalho é o resultado de uma ação conjunta dos servidores, que teve início com a criação da Comissão Coordenadora do Programa TRF - 25 Anos, instituída pela portaria nº 421, de 5 de junho de 2013.

# Palavra do presidente

*Des. Fed. Sergio Schwaitzer*

Este livro é um dos produtos do programa “25 anos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região”, lançado no dia 26 de agosto de 2013. Ele surgiu da percepção de que, com a aposentadoria do desembargador federal Frederico Gueiros, o Tribunal se despedia não apenas de um de seus membros, mas de toda uma geração, a de seus pioneiros.

Pierre Nora (1993, p.7) traça nítida distinção entre história e memória para justificar a tendência crescente de construção de registros individuais e coletivos. Diz que a memória é “vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução”, enquanto que a história é sempre “uma reconstrução do passado”. Diz, ainda, que “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que

é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”. E é essa necessidade de criar arquivos e de se organizar celebrações para se gerar lugares de memória que ensejou o projeto e também esta publicação.

25 anos é um marco tradicional de celebração em nossa sociedade. No caso do TRF2, essa percepção se torna mais evidente e premente, já que se vive um momento de renovação e de quebra de paradigmas. Daí a importância de se compilar, reviver e registrar acontecimentos pretéritos.

Como todo processo histórico, o projeto como um todo é “uma reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que não existe mais”, mas que, por

ter refletido em nossas existências, ainda ecoa em nossa memória coletiva. Em sendo assim, não afirmamos que os eventos ou personagens eleitos em nossa retrospectiva foram os mais representativos ou relevantes deste último quarto de século, nem se pretende que o projeto Pioneiros ou mesmo que a exposição deem conta de todo um período temporal. Todas essas ações se traduzem em novos marcos, que repisam, refrescam, reconstituem e recontextualizam fatos de outrora.

Convido-o, portanto, leitor, a reviver, por meio desta iniciativa, algumas passagens de nossa história recente e a elas acrescer suas memórias pessoais, para “comemorar” e, por isso mesmo, lembrarmos juntos estes 25 anos de Justiça Federal da 2ª Região.

Boa leitura!



# Sumário

- |01| TRF2 - 25 ANOS ..... 12
  - Logotipo ..... 14
  - Pioneiros ..... 16
  - Bótons Comemorativos ..... 18
  - Exposição ..... 20
  - Seminário ..... 21
- |02| AS COMPOSIÇÕES DA CORTE ..... 22
- |03| A ESSÊNCIA PIONEIRA ..... 26
- |04| 25 ANOS EM AÇÃO
  - Fatos da Administração do TRF2 e acontecimentos  
que ficaram na memória ..... 41
  - Processos que se destacaram na história do TRF2 ..... 94
- |05| É TEMPO DE CELEBRAR ..... 104
- |06| REFERÊNCIAS ..... 109

O programa “TRF2 - 25 Anos” reuniu vários projetos e ações, com o objetivo de assinalar o jubileu de prata da criação e da instalação do Tribunal, criado pela Constituição Federal de 1988. As comemorações se referiram, portanto, a duas datas: a Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, que criou os cinco TRFs do país, e a instalação do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em 30 de março de 1989. Para assinalar a passagem das duas efemérides, o presidente da Corte, desembargador federal Sergio Schwartz, criou, através da Portaria nº TRF2-PTP-2013/00421, de 5 de junho de 2013, uma comissão organizadora do Programa, cuja iniciativa ficou sob a coordenação do desembargador federal aposentado Paulo Barata. A coordenação administrativa dos trabalhos, no entanto, ficou concentrada na Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação (SED).

Os projetos do referido programa foram conduzidos por equipes diversas, de vários setores do órgão. A diretora da SED, Lenora de Beaurepaire Schwartz, lembrou que “o programa é institucional, pertence ao Tribunal e não a um setor específico. As pessoas passam, mas as ações são perenes quando promovem o desenvolvimento global da organização. Foi assim que a Corte se construiu e é com esse espírito que queremos marcar o aniversário de 25 anos”.

A proposta do programa é criar debates e canais permanentes de resgate e preservação da memória, e, para tanto, envolveu uma série de iniciativas, como o projeto de criação de um logotipo comemorativo; a entrega de bôtons aos magistrados e servidores “pioneiros”, em solenidade festiva; o projeto Pioneiros, em si, que vem coletan-

do depoimentos dos envolvidos na instalação do TRF2; um seminário que debateu a identidade e o papel do TRF2 no processo de estabilização democrática do país; a produção deste livro e de uma exposição que se transformaram em uma crônica da Corte, lembrando algumas das suas muitas realizações administrativas, bem como alguns dos seus julgamentos que alcançaram grande repercussão na imprensa e na opinião pública, pela abrangência das medidas que determinaram ou pela comoção popular que despertaram.

Assim, o norte da iniciativa foi o de marcar os primeiros passos, no sentido de desenvolver uma política permanente para resguardar e manter acessíveis documentos, materiais audiovisuais e fotografias. Enfim, informações em diversos meios e suportes, não apenas para preservar a memória

interna, mas, principalmente, para formar um acervo para pesquisas futuras. Além disso, o programa “TRF2 - 25 Anos” vem desenvolvendo atividades que têm por fim estimular a integração de magistrados e servidores no contexto das comemorações ao longo deste ano de celebração da data. A seguir, apresentamos os projetos, que, além deste livro, integraram o programa em questão.



## Logotipo

Em fevereiro de 2011, o Colegiado do Conselho da Justiça Federal, através de concurso nacional, elegeu o logotipo que desde então identifica a Justiça Federal brasileira. Dentre as várias propostas encaminhadas de todo o país, foi escolhido o desenho de autoria do servidor Ricardo Horta, diretor da Subsecretaria de Produção Visual do TRF2. Graduado em desenho industrial, o autor contemplado criou ainda as marcas do Centro Cultural Justiça Federal, em 2001, e do Supremo Tribunal Federal, em 2007. Ele agora assina o logotipo do jubileu de prata da Corte.

A partir da representação visual desenvolvida pelo servidor, foi criado um selo adesivo, que será utilizado para lacrar as correspondências do Tribunal e do Centro Cultural Justiça Federal, no período das comemorações.



JUSTIÇA  
FEDERAL



TRF2



*O desembargador federal Paulo Barata entrevista o ministro do STJ Arnaldo Lima na abertura do projeto Pioneiros.*

## Pioneiros

O projeto tem como objetivo coletar e registrar a memória daqueles que participaram da implantação do TRF2. Sob a coordenação do desembargador federal aposentado Paulo Barata, abrange o período entre a instalação do Tribunal, em 1989, e a inauguração do atual Plenário, em 1991.

Decano do TRF2 por mais de 17 anos, até a sua aposentadoria, em 17 de fevereiro de 2010, o paraense Paulo Freitas Barata foi aprovado no primeiro concurso público de âmbito nacional realizado para a magistratura federal, em meados da década de 1970. Começou sua atuação na 1ª Vara Federal do antigo Estado do Rio de Janeiro, depois transformada, após a fusão com a Guanabara, na 8ª Vara Federal. Nessa época, por falta

de espaço, seu gabinete foi instalado numa sala sem janelas, que servira como cárcere para custodiados da Justiça Federal, no centro da capital fluminense. Dentre as recordações desse tempo, o desembargador federal Paulo Barata recorda o hábito que tinha de se comunicar com o desembargador federal Clélio Erthal, atualmente também aposentado, por meio de leves batidas de mão na divisória que separava suas “celas”.

A narrativa, além de pitoresca, chama atenção para o fato de que documentos, fonte primária da história, são, na verdade, apenas parte do que a constitui: seja qual for o objeto do estudo, há sempre muitos elementos cujo acesso só é possível através das lembranças pessoais. Mas os seres humanos não são eternos e é para

que essa informação não se perca que o projeto inaugural da programação comemorativa dos primeiros 25 anos de existência do TRF2 é o Pioneiros, que visa a promover o registro da memória oral (e documental) das pessoas que trabalharam na instituição em seus primórdios.

Os desembargadores da composição inicial da Corte foram os primeiros a ter gravadas, em vídeo, as entrevistas concedidas ao vivo ao doutor Paulo Barata, coordenador da iniciativa e da comissão responsável pelo Programa. A conversa inaugural foi com o ministro Arnaldo Lima, presidente do TRF2 de 2001 a 2003, e hoje membro do Superior Tribunal de Justiça. Na sequência, concederam entrevistas os desembargadores federais Agostinho Fernandes, Julieta Lunz, Tania Heine, Clélio Erthal, Valmir Peçanha, Frederico Gueiros, Sergio D’Andrea Ferreira e o próprio Paulo Barata.

O Pioneiros terá, na continuidade, entrevistas com os servidores mais antigos da Casa. Estes, assim como os desembargadores pioneiros, serão convidados a contar, ao vivo, com direito a perguntas da plateia, suas experiências no biênio inaugural da Corte. A transcrição das falas será publicada em livro e o material audiovisual será disponibilizado para pesquisa.

### *Revisitar o passado*

A Lei no 8.159, de 1991, estabelece como dever do Poder Público a “gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”.

Mas, independentemente da obrigação legal, não há como contestar o valor da conservação sistematizada da memória institucional, tanto do ponto de vista histórico, quanto para nortear o planejamento estratégico e as políticas corporativas. Como defende o desembargador federal Paulo Barata, “revisitar o passado tem dupla função: a de possibilitar a análise crítica das ações e dos acontecimentos e a de permitir uma programação melhor do futuro, evitando a repetição de erros com conhecimento de causa”.

Dentro desse propósito, para quem estuda os registros institucionais com método e responsabilidade, não há conhecimento a ser desprezado, e as entrevistas que comporão a publicação e o acervo de relatos em vídeo deverão ser um manancial de dados riquíssimos. O caso do gabinete que era prisão é um bom exemplo disso. Além de curiosa, essa notícia que poucos conhecem é uma pista na trilha que leva ao entendimento de como a Justiça Federal da 2ª Região, que já enfrentou condições tão precárias, chegou a atingir o grau de profissionalismo atual, respondendo às novas e cada vez mais complexas exigências da sociedade e ao crescimento constante da demanda jurisdicional: “Precisamos reconhecer que, por trás de cada medida administrativa, existem motivações e objetivos da Administração que nem sempre estão expressos nos documentos escritos. Por trás de cada ato assinado pelo gestor, há uma história para ser contada”, reforça Paulo Barata. A proposta do projeto Pioneiros é tornar acessíveis às gerações presentes e futuras uma parte importante dessas histórias, bem como a imagem e a voz dos seus protagonistas captadas ao vivo.



O atual ministro do STJ Arnaldo Lima entrega bôton comemorativo dos 20 anos do TRF2 à servidora Maria das Graças Soares de Souza, em cerimônia realizada em 1999.

## ***Bótons comemorativos***

Essa atividade consiste na entrega, durante a cerimônia oficial de celebração dos 25 anos do TRF2, de bôton comemorativo, elaborado com base na logotipo do evento, a todos os desembargadores do Tribunal e aos servidores que completam bodas de prata em conjunto com o TRF2, no mês de abril. A lista de homenageados inclui aqueles que primeiro tomaram posse no Tribunal, os que foram requisitados da Justiça Federal de 1ª Instância, os requisitados de outro órgão e os oriundos da iniciativa privada e aqueles que ainda se encontram na ativa.

O projeto é inspirado em ação da Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial do TRF2, que já se tornou tradicional no calendário da instituição. A cada ano, o setor promove solenidade de entrega de bótons com o brasão da República como símbolo de reconhecimento pelo esforço e dedicação dos servidores que completam 10, 15 e 20 anos de exercício profissional no Tribunal. A partir deste ano, todos os servidores que completarem 25 anos receberão bôton idêntico ao distribuído na cerimônia de comemoração dos 25 anos do TRF2.

## Exposição

A promulgação da Constituição Federal de 1988 marcou o início de uma nova etapa, que se identifica com a reconquista e com o aprofundamento, ímpar na história, das liberdades e dos direitos individuais e coletivos dos brasileiros. Isso aconteceu como expressão do desejo popular, no rastro dos novos rumos políticos mundiais, como a agonia da União Soviética, que punha fim à Guerra Fria, e o fim de antigas ditaduras da América Latina, que vinham, uma a uma, dando lugar a governos democráticos.

O TRF2, criado pela Constituição de 1988, é, portanto, fruto desse contexto, e, ao longo dos anos, vem evoluindo e se adaptando à medida que novas realidades e necessidades se apresentam. A exposição *“TRF2 – 25 anos: Construindo história!”* faz uma conexão dos momentos e importantes julgamentos do

Tribunal com os grandes fatos ocorridos no Brasil e no mundo. A ideia é estimular o visitante a relacionar a sua própria memória com os registros da Corte, apresentando acontecimentos marcantes, largamente noticiados, que possam ativar suas lembranças pessoais.

A exposição, inaugurada em 26 de março de 2014, ocupou o corredor de acesso ao Plenário, no terceiro andar do edifício sede do TRF2.

## Seminário

Em continuidade às comemorações dos 25 anos do TRF2, realizou-se, nos dias 27 e 28 de março, no auditório do TRF, o Seminário *“25 anos da Justiça Federal da 2ª Região”*, resultado de uma iniciativa conjunta do TRF2 com o Programa de Pós-Graduação Justiça Administrativa do Núcleo de Ciências do Poder Judiciário da Universidade Federal Fluminense. O evento apresentou como linha mestra uma reflexão do papel do Poder Judiciário Federal nos últimos vinte e cinco anos.

Sob a coordenação científica do professor doutor Ricardo Perlingeiro, desembargador do TRF2 e coordenador do programa de pós-graduação, e da servidora Lenora de Beaurepaire SchwaitzerSchwaitzer, doutoranda em história, política e bens culturais pelo CPDOC/FGV e diretora da Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação, o Seminário foi cen-

trado em dois eixos temáticos principais. O primeiro lançou um olhar retrospectivo sobre a evolução temática jurisprudencial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, alinhada às transformações e exigências sociais operadas nos últimos 25 anos. O segundo desenvolveu comparações entre o papel do magistrado como julgador e como gestor nos primeiros anos de criação do TRF2 e no momento atual.

O evento privilegiou a experiência dos membros do TRF2, como a dos desembargadores federais aposentados Paulo Barata e Sergio D’Andrea e do vice-presidente Poul Erik Dyrlund e dos professores doutores Aluísio Mendes e Marcus Abraham, também membros da Corte, que fizeram uma análise da evolução do entendimento jurisprudencial ao longo de seus vinte e cinco anos de existência.



## 02 | *As composições da Corte*

O TRF2 foi instalado em 30 de março de 1989 com três turmas, compostas, cada uma delas, por quatro magistrados. A Lei nº 7.727, de 9 de janeiro de 1989, dispôs sobre a composição inicial dos Tribunais Regionais Federais, sua instalação, e a criação dos quadros de pessoal.

Mais tarde, a Lei 8.915, de 12 de julho de 1994, ampliou a composição do TRF2 de 14 para 23 magistrados e criou os cargos necessários para garantir a instituição de novas turmas. No dia 6 de outubro de 1995, tomaram posse no TRF2 os juizes federais Célia Georgakópoulos, Maria Helena Cisne e Castro Aguiar, bem como o advogado Ney Fonseca, em vaga destinada ao quinto constitucional. Com a chegada desses desembargadores, no dia 26 outubro, o então presidente do Tribunal, desembargador federal Ney Valadares, pôde estabelecer a estrutura organizacional da 4ª Turma, formalizada através da Resolução nº 009, cuja composição original era Clélio Erthal, Frederico Gueiros, Célia Georgakópoulos e Carreira Alvim.

A 5ª Turma do TRF2 foi instalada no início de julho de 1998, presidida pelo desembargador fe-

deral Henry Chalu Barbosa, tendo em sua composição os desembargadores Raldênio Bonifacio Costa, Vera Lúcia Lima e Tanyra Vargas.

Em 2000, nova ampliação foi estabelecida pela Lei 9.967, de 10 de maio, que fixou a composição do TRF2 nos seus atuais 27 integrantes. Logo no ano seguinte, em 15 de fevereiro, foi instalada a 6ª Turma da Corte. Para suprir as vagas criadas pela norma, no dia 15 de fevereiro de 2001, tomaram posse os desembargadores federais André Kozlowski, Sergio Schwaitzer, Poul Erik Dyrlund e André Fontes, este último nomeado para o cargo pela regra do quinto constitucional, proveniente do Ministério Público Federal. Alguns dias após, os novos magistrados da Corte passaram a atuar na então recém-instalada 6ª Turma, sob a presidência de André Kozlowski.

Em 25 de novembro de 2004, a Resolução 36, da Presidência do TRF2, redefiniu a estrutura desses colegiados, reduzindo de quatro para três o número de membros de cada Turma e criando mais dois órgãos julgadores. Além disso, o Tribunal estabeleceu, através da mesma Resolução, a especialização por

matéria, inovação que foi efetivamente implantada em 1º de fevereiro de 2005. Desde então, as 1ª e 2ª Turmas Especializadas se dedicam ao julgamento de ações previdenciárias, penais e de propriedade industrial e intelectual. As 3ª e 4ª Turmas Especializadas tratam das causas que envolvem o direito tributário. E da 5ª à 8ª Turma Especializadas, os órgãos fracionários recebem processos relativos à matéria administrativa e a outras questões não compreendidas na competência das demais Turmas.

Vale lembrar que, em regra, o recém-empossado recebe o acervo de seu antecessor, mas isso não ocorreu, efetivamente, em todos os casos, já que, eventualmente, alguns dos novos magistrados foram removidos para outras Turmas logo após assumirem seus gabinetes.

A seguir, apresentamos um quadro sucessório de ocupação das vagas dos desembargadores:

1. Romário Rangel – Carreira Alvim – Nizete Lobato
2. Paulo Barata – Ferreira Neves
3. Agostinho Fernandes – Silvério Cabral – Cruz Netto – França Neto – Aluísio Mendes
4. Julieta Lidia Lunz – Lana Regueira
5. Ney Valadares – Marilena Franco – Benedito Gonçalves – Guilherme Calmon

6. Tania Heine – José Antonio Neiva
7. Alberto Nogueira – Guilherme Diefenthaeler
8. Clélio Erthal – Fernando Marques – Marcelo Pereira
9. Arnaldo Lima – Abel Gomes
10. Chalu Barbosa – Luiz Antonio Soares
11. Valmir Peçanha – Liliane Roriz – Claudia Neiva
12. Celso Passos – Vera Lúcia Lima
13. Sergio D’Andrea – Paulo Espirito Santo
14. Frederico Gueiros \*
15. Celia Georgakópoulos – Rogério Carvalho – Guilherme Couto
16. Maria Helena Cisne
17. Castro Aguiar – Luiz Paulo Araújo
18. Ney Fonseca – Messod Azulay
19. Ricardo Regueira – Salete Maccalóz
20. Tanyra Vargas – Ivan Athié
21. Raldênio Costa \*\*
22. Sergio Feltrin – Ricardo Perlingeiro
23. Francisco Pizzolante – Marcus Abraham
24. André Kozlowski – Reis Friede
25. Sergio Schwaitzer
26. Poul Erik Dyrlund
27. André Fontes

*\*Aposentou-se em julho de 2012. Sua vaga ainda não foi preenchida*

*\*\*Aposentou-se em outubro de 2013. Sua vaga ainda não foi preenchida.*



PLENÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL  
2ª REGIÃO



*Os 14 magistrados que compunham a Corte à época da inauguração do Plenário, em 1991.*

## 03 | *A essência pioneira*

O projeto Pioneiros busca resgatar a essência do pensamento e experiência dos primeiros membros do TRF2. Para tanto, as entrevistas com cada desembargador foram precedidas por pesquisas, a fim de otimizar a coleta de seus depoimentos e memórias.

As entrevistas realizadas na primeira etapa do projeto são de notável importância e geraram reflexões significativas: a uma, por terem sido produzidas em um momento especial, de aniversário de um quarto de século do órgão – um marco cronológico – que suscita as lembranças de quem viu o TRF2 nascer; a duas, por serem fruto da vivência e da sabedoria que só os anos conseguem trazer.

A seguir, histórico dos pioneiros, acrescido de frases pinçadas das entrevistas realizadas, que serão publicadas, na íntegra, em livro, e cujas imagens serão editadas em vídeo.



DESEMBARGADOR  
FEDERAL ROMÁRIO RANGEL

(Presidente – 1989 a 1991)

Filho de Alcino de Abreu Rangel e Rosa Selleti, Romário Rangel nasceu em 8 de julho de 1924 na cidade de Castelo,

Espírito Santo. Em 1952, com licenciatura em filosofia, graduou-se em direito pela Faculdade de Direito do Espírito Santo. Ingressou no serviço público na Prefeitura de sua cidade natal, onde também iniciou sua vida jurídica como procurador da Prefeitura Municipal e assessor jurídico da Câmara Municipal. Aprovado em 1º lugar no concurso de provas e títulos para juiz substituto do Poder Judiciário do Espírito Santo, iniciou em 1956 sua carreira de magistrado. Em 1957, foi promovido, por merecimento, a juiz de direito da Comarca de Mantenópolis, tendo passado pelas Comarcas de Conceição da Barra, Muniz Freire e Guaçuí.

Em seguida, também por merecimento, foi promovido a juiz de direito de 2ª e 3ª entrâncias. Nomeado juiz federal titular em 1967, Romário Rangel, como diretor do Foro e corregedor permanente da Justiça Federal do Espírito Santo, instalou e organizou a Sessão Judiciária do Espírito Santo. Foi diretor do Foro

até 1979. Membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral no período de 1967 a 1977, foi reconduzido para os biênios 79/81, 83/85 e 87/89.

Ao chegar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assumiu a Presidência através de eleição. Instalou o Tribunal, equipou-o com os recursos técnico-operacionais disponíveis e o dotou do instrumental necessário para a prestação jurisdicional.

Paralelamente à magistratura, Romário Rangel atuou como livre docente, por aprovação em 1º lugar em concurso de provas e títulos à livre docência em direito, pela Universidade Federal do Espírito Santo, com a tese “Tempo Jurídico”. Foi professor titular da Universidade Federal do Espírito Santo, onde lecionou introdução à ciência do direito, direito internacional privado e direito processual civil.

Entre suas atividades de educador, Romário Rangel foi diretor do Colégio Estadual João Bley, de Castelo, e do Colégio Celso Calmon, de Muniz Freire, (tendo sido o fundador do Curso de Formação de Professor do Colégio Celso Calmon, de Muniz Freire).

Romário Rangel faleceu no dia 1/12/2011.



DESEMBARGADOR FEDERAL  
PAULO FREITAS BARATA.

(Presidente – 1991 a 1993)

Paulo Barata, filho de Aladir de Bragança Rodrigues Barata e Corina Freitas Barata, nasceu a 21 de abril de 1940, em Belém do Pará. Bacharelou-se em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, licenciando-se, mais tarde, em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense.

Possui os cursos de doutorado em direito privado especializado (PUC/ RJ) e de mestrado em filosofia da educação (Universidade Católica de Petrópolis - RJ). Concluiu, também, cursos de extensão universitária sobre política e sobre economia (Universidade de Brasília), recebendo prêmio pela dissertação de conclusão deste último.

Iniciou no serviço público em 1960, como auxiliar de portaria, no Ministério do Trabalho. Ascendeu a diversas cargos, chegando a diretor de secretaria da 8ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Em 1974, ingressou por concurso na magistratura como juiz federal substituto na mesma vara em que havia trabalhado como diretor, onde, posteriormen-

te, assumiu a titularidade e permaneceu até ser nomeado para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Em 1984/1985 ocupou a Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Judicou, também, nos Estados de Goiás e do Amazonas, sendo diretor do Foro e membro dos Tribunais Regionais Eleitorais.

No TRF da 2ª Região, Paulo Barata presidiu a comissão de elaboração do projeto da estrutura administrativa do Tribunal e as Comissões Organizadoras e Examinadoras dos 1º, 2º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º Concursos para Juiz Federal Substituto da Justiça Federal da 2ª Região. Presidiu a Comissão Organizadora e foi vice-presidente da Comissão Examinadora do 3º Concurso para Juiz Federal Substituto da Justiça Federal da 2ª Região. Foi o primeiro diretor-geral da Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região - Emarf (agosto/1998 a abril/2001) e do Centro Cultural Justiça Federal - CCJF (a partir de dezembro de 2001).

Foi membro do Conselho da Justiça Federal e da Comissão Permanente para Assuntos da Magistratura. Como docente, lecionou metodologia científica e instituições de direito público e privado na Federação.

*“Eu reputo a Justiça brasileira como uma das melhores do mundo, com todas as suas mazelas, com todos os seus defeitos. Acredito por quê? Porque os juízes brasileiros são da melhor qualidade”.*



DESEMBARGADOR  
FEDERAL AGUSTINHO  
FERNANDES DIAS DA SILVA

Agustinho Fernandes, filho de Agostinho Alves da Silva e Maria Fernandes do Nascimento Silva, nasceu em 21 de setembro de 1929 na cidade de São Francisco do Sul, Santa Catarina. Iniciou os estudos no Colégio Stella Matutina em sua cidade natal, vindo a concluir o curso clássico no Educandário Rui Barbosa, no Rio de Janeiro.

Graduou-se em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, em 1956, onde também cursou doutorado e obteve a livre docência. Possui, ainda, na mesma instituição, cursos de atualização (estudos de problemas brasileiros), aperfeiçoamento (direito privado romano), extensão (os grandes problemas do direito comercial contemporâneo) e especialização (direito penal). Na Universidade de Cambridge, Inglaterra, diplomou-se proficiente em inglês.

Exerceu a advocacia entre 1957 e 1974, tendo neste ínterim trabalhado como tradutor público e intérprete comercial e juiz civil no Tribunal Marítimo, no qual depois de nove anos foi eleito vice-presidente.

Em 1974, ingressou, através de concurso público, na magistratura federal como juiz substituto. Promovido a juiz titular em 1977, ocupou três anos mais tarde, a Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Indicado membro suplente do Tribunal Regional Eleitoral para o biênio 83/84, retornou àquela Corte no período seguinte como membro efetivo. Professor titular da UFRJ, lecionou também na Faculdade de Ciências Jurídicas da Sociedade Unificada de Ensino Superior e Cultura - SUESC, Universidade Gama Filho e na Fundação dos Estudos do Mar - Femar. Foi membro, entre outros, dos Conselhos de Ensino, Universitário e de Coordenação de Pós-Graduação; participou de bancas examinadoras de concursos de livre docência, mestrado e doutorado, além de ter contribuído periodicamente como correspondente da revista “Lawyer of the Americas” da Universidade de Miami, Estados Unidos.

Entre seus trabalhos publicados, destacam-se artigos para jornais e revistas especializadas, bem como o livro: “Direito Internacional Privado (Parte Geral e Especial).

*“Eu sempre procurei acertar – essa era a minha maior preocupação -, decidir de acordo com a lei e, na medida do possível, de acordo com a minha consciência”.*





DESEMBARGADORA  
FEDERAL JULIETA LÚCIA  
MACHADO CUNHA LUNZ

(Presidente – 1993 a 1995)

Julieta Lunz nasceu na cidade de Salvador, Bahia, em 12 de julho de 1941, filha do jornalista Joaquim Machado Cunha e da médica obstetra Maria José Cerqueira. Chegou com três anos de idade ao Rio de Janeiro, onde, pelo Educandário Modelo, concluiu o curso primário. Kursou o 2º grau no Colégio Terezano, da Companhia de Santa Tereza de Jesus. Diplomou-se em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, obtendo nessa mesma instituição o grau de doutora em direito Privado em 1967. É também mestre em ciências políticas e jurídicas pela Universidade Gama Filho, além de ser diplomada pela Escola Superior de Guerra (em 1996) e possuir os cursos de pós-graduação em economia com a tese “A liberalização da Economia” (UFRJ - 1988/1999) e em direito penal com a tese “O Controle Social e a Eficácia da Pena” (Universidade de Brasília - 1997/1999).

Advogada atuante no Foro da Justiça do Estado do Rio de Janeiro e da Justiça Federal por um

período de dez anos e cinco meses, tendo participado, em 1964, da fundação da Coordenação de Assistência Judiciária no Presídio Lemos de Brito, quando especializava-se em direito penal e penitenciário.

Logrou aprovação em concursos para defensor público do Estado do Rio de Janeiro, juíza de direito do Estado do Rio de Janeiro e juíza federal, optando pela magistratura federal. Assumiu, em 13 de setembro de 1974, o cargo de juíza federal substituta na 4ª Vara, ali permanecendo por alguns meses, até ser transferida para a 6ª Vara, onde exerceu a jurisdição cível. Em maio de 1977, retomou a jurisdição criminal na 4ª Vara, a qual foi desdobrada em 4ª Vara I e II, desta última originando-se a 13ª Vara. Permaneceu na titularidade da 13ª Vara Federal até março de 1989.

Eleita juíza do Tribunal Regional Eleitoral, ali exerceu a jurisdição por dois biênios, de 1986 a 1989 na condição de juíza federal, e já como representante do Tribunal Regional Federal da 2ª Região até 1990.

*“Deve-se ter esperança e confiança naquilo que se faz e, acima de tudo, ser independente”.*



DESEMBARGADOR  
FEDERAL NEY MAGNO  
VALADARES

(Presidente – 1995 a 1997)

Ney Valadares, filho de Randolpho Valadares e Garibaldi Valadares Versiani, nasceu em 15 de novembro de 1933, no antigo Distrito São Romão, hoje Município de Arinos, no Vale do Rio Urucuia, na região do grande sertão de Minas Gerais. Aprendeu as primeiras letras com professor particular, na fazenda de seus pais, matriculando-se, no ano de 1947, no curso de admissão ao ginásio do Colégio Arquidiocesano do Planalto, em Formosa, Estado de Goiás. Concluiu o curso ginasial em 1952.

Transferiu-se para Belo Horizonte, onde fez o curso clássico no Colégio Marconi, então dirigido pelo professor Arthur Velloso Versiani. Classificado em 2º lugar no Concurso Vestibular em 1956, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, no ano de 1960.

Iniciou sua vida profissional em banca de advocacia própria, na cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais, em março de 1961. Em 1965, foi apro-

vado no concurso para advogado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, transferindo-se, então, para a cidade do Rio de Janeiro, onde tomou posse no referido cargo.

Especializou-se em contratos, tendo sido chefe do Setor de Financiamentos Internos. Classificado em 2º lugar no concurso público para procurador da Fazenda Nacional, exerceu esse cargo no período de 1972 a 1976, tendo exercido a função de procurador geral substituto.

Aprovado no segundo concurso público de provas e títulos para juiz federal substituto, exerceu a judicatura na 2ª Vara da Seção da Justiça Federal do Rio de Janeiro, no período de fevereiro de 1976 a março de 1989, tendo sido diretor do Foro.

Nomeado para integrar o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em vaga destinada a magistrado federal, tomou posse em 30 de março de 1989.

Ney Magno Valadares faleceu no dia 6/12/2008.





DESEMBARGADORA  
FEDERAL TANIA DE MELO  
BASTOS HEINE

(Presidente – 1997 a 1999)

Tania de Melo Bastos Heine nasceu no Rio de Janeiro aos 28 de abril de 1944, filha de Paulo de Mello Bastos e Edelena Albernaz de Mello Bastos. Começou a estudar na Escola José de Alencar, concluindo o ensino básico no Instituto de Educação, onde cursou o normal. Bacharelou-se em direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1966 e logo em seguida começou a atuar como advogada no Sindicato dos Bancários.

Freqüentou inúmeros cursos de extensão - entre os quais os de direito do trabalho, penal, comercial e de informática jurídica; participou de seminários sobre os mais variados temas, com destaque para os realizados na Escola Superior de Guerra e Escola Superior de Magistratura, e tomou parte de banca examinadora de concurso público para juiz do trabalho substituto.

Em 1973, estudou na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde fez o curso de especialização em participação em sociedades. Ainda na capital

portuguesa, estagiou no Tribunal do Trabalho, partindo em seguida para Luanda, em Angola, para estagiar também num tribunal trabalhista.

Aprovada em 1º lugar no concurso de âmbito nacional para inspetor do trabalho, exerceu o cargo até 1976, quando obteve aprovação para juiz do trabalho substituto da 1ª Região e juiz federal substituto. Tendo optado por este, tomou posse em 1976 na Seção Judiciária do Rio de Janeiro, onde, além das atividades inerentes ao cargo, foi diretora do Foro nos anos de 1986/87/88 e relatora da comissão para adequação de processamento de dados na Justiça do Rio.

No TRF, foi responsável pelo planejamento, organização e coordenação do curso para juízes federais substitutos, realizado em 1996 e 1997; participou das Comissões Organizadoras e Examinadoras dos 3º, 4º e 5º Concursos para Provimento do Cargo de Juiz Federal Substituto, ocupou o cargo de presidente da Comissão de Jurisprudência no período de junho de 1989 a outubro do mesmo ano. Foi diretora da Revista de Jurisprudência no biênio 2001/2003.

*“Eu, pelo menos, privilegio mais um juiz com bom senso que um juiz com doutorado. Às vezes, o excesso de mestrados e doutorados faz o Juiz ficar com um linguajar quase que ininteligível”.*



DESEMBARGADOR  
FEDERAL ALBERTO  
NOGUEIRA

(Presidente – 1999 a 2001)

Alberto Nogueira, filho de Epaminondas Nogueira e Eponina Vasconcelos Nogueira, nasceu a 29 de julho de 1941 em Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas. Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela antiga Faculdade Nacional de Direito - atual UFRJ - (1966), obteve o grau de mestre na Universidade Gama Filho em 1983 e de doutor em 1994, bem como de livre docente em direito tributário e financeiro, no mesmo ano.

Possui os cursos de pós-graduação em administração e política tributária, pela Escola Interamericana de Administração Pública/Fundação Getúlio Vargas (1969), introdução à controladoria, pelo Instituto Superior de Estudos Contábeis/Fundação Getúlio Vargas (1970), “tax administration”, Estados Unidos da América, USAiD (1972) - e “valoración aduanera de mercaderías”, pela Escuela Nacional de Aduanas em Buenos Aires - Argentina (1972).

Exerceu vários cargos públicos, todos mediante concurso. Como procurador da Fazenda Nacional, foi

representante daquele órgão junto aos 1º e 3º Conselhos de Contribuintes, tornando-se, em seguida, assessor do procurador-geral, assessor de ministro e assessor da Comissão de Estudos Tributários Internacionais da Fazenda Nacional.

Membro de inúmeras comissões e coordenador de atividades pertinentes à defesa nacional, Alberto Nogueira atuou ainda como delegado do Brasil junto à Organização das Nações Unidas entre 1978 e 1979, ano em que interrompeu sua militância na advocacia.

Juiz Federal aprovado em concurso público, permaneceu no cargo desde outubro de 1979 até sua nomeação para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região. No magistério desde 1972, é atualmente professor titular de direito tributário nos cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado da Universidade Gama Filho.

Entre trabalhos publicados, tem as obras “O Devido Processo Legal Tributário”, “Os Limites da Legalidade Tributária no Estado Democrático de Direito - Fisco X Contribuinte na Arena Jurídica: Ataque e Defesa” e “A Reconstrução dos Direitos Humanos da Tributação”.



#### DESEMBARGADOR FEDERAL CLÉLIO ERTHAL

Clélio Erthal nasceu em 6 de maio de 1930, sendo natural de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, onde realizou os cursos primário e ginásial, no Colégio Euclides da Cunha.

Em Niterói, cursou o Científico no Colégio Bittencourt Silva, e a Faculdade de Direito, bacharelando-se em 1957.

Recém-formado, iniciou sua vida pública como vereador, em Itaocara, RJ, cumprindo mandato legislativo de 1959 a 1962. Em seguida, foi eleito vice-prefeito do município para o quadriênio de 1963/1966.

Em 1966, no exercício da chefia do Departamento Jurídico do Instituto Fluminense de Contabilidade, prestou concurso para o cargo de advogado do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico - BNDE, classificando-se em 3º lugar. Nessa instituição, exerceu os cargos de assessor do Departamento Jurídico e chefe da Divisão de Contratos, dela se afastando em janeiro de 1973, para ocupar o cargo de procurador da República, em Niterói, após concurso de âmbito nacional, no qual classificou-se em 4º lugar.

Como procurador da República - cargo que exerceu até outubro de 1979 - representou o órgão na Comissão Especial de Fiscalização de Entorpecentes e no Conselho Penitenciário, tendo sido o último chefe da Procuradoria da República no antigo Estado do Rio de Janeiro, extinta com a fusão deste com o estado da Guanabara.

Em outubro de 1979, ingressou na magistratura federal, mediante concurso patrocinado pelo então Tribunal Federal de Recursos, no qual classificou-se em 5º lugar. Como juiz federal, foi diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro por duas vezes: a primeira durante o biênio de 1982-1983; e a segunda em 1989, quando foi nomeado para integrar o Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Durante esse período, coordenou as obras de construção do edifício da Justiça Federal de 1ª instância no Rio de Janeiro (anexos I e II na avenida Rio Branco 241), e realizou as obras preparatórias para a instalação do Tribunal, na rua Acre nº 80.

*“O Juiz não pode ficar em cima do muro. Ele tem que decidir - e é assim em todas as causas”.*



#### DESEMBARGADOR FEDERAL ARNALDO ESTEVES LIMA

(Presidente – 2001 a 2003)

Arnaldo Lima, filho de Odilon Esteves Lima e Maria Salvino Otoni, nasceu aos 7 de julho

de 1944, em Novo Cruzeiro, Minas Gerais. Bacharelou-se em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1972, ocasião em que lhe foram conferidos os Prêmios Professores “Rafael Magalhães” e “Cândido Neves”. Ainda em 1972, foi um dos representantes do corpo discente da Faculdade de Direito da UFMG em congresso sobre direito do trabalho e previdência social, realizado pela Faculdade de Direito da UFRN, em Natal/RN, oportunidade em que foi relator da tese “O FGTS como Direito Econômico”.

Aprovado nos diversos concursos dos quais participou: 18º lugar, para o cargo de inspetor do trabalho, do MTB (1975); 13º lugar, para procurador autárquico/assistente jurídico - Dasp -; 2º lugar, para defensor público do Ministério Público do D.F.T.; 18º lugar, para ingresso na carreira do Ministério Público de São Paulo; 2º lugar, para juiz de direito substituto da Justiça do Distrito Federal (1979); 4º lugar, para Procuradoria da República, do Ministério Público Federal (1979) e 9º

lugar, no 1º concurso para juiz federal, realizado pelo Conselho da Justiça Federal (1979).

Optando pela magistratura federal, iniciou sua carreira na 2ª Vara da Seção Judiciária do Paraná, em 1979. No ano seguinte, requereu remoção para a Seção Judiciária de Minas Gerais, sendo lotado na 1ª Vara, assumindo, em 1984, a titularidade da 6ª Vara.

Dentre suas atividades docentes, lecionou em Brasília, por indicação do Cetremec/MEC, em curso preparatório às provas visando à inclusão de servidores no novo plano de classificação de cargos (1975/1976); na Faculdade de Direito da UDF, também em Brasília, lecionou teoria geral do processo (1º semestre de 1979); em Belo Horizonte, ministrou as cadeiras de direito civil e direito processual civil, na Faculdade de Direito Milton Campos (a partir de agosto de 1981). Foi ainda membro do Conselho Superior Consultivo do Instituto Brasileiro de Direito Aplicado – IBDA, em março de 2002.

Desde 19 de agosto de 2004 é ministro do Superior Tribunal de Justiça.

*“O juiz, como regra, tem que ser idealista. Nós vivemos de salário - todo mundo sabe disso”.*



DESEMBARGADOR  
FEDERAL HENRY BIANOR  
CHALU BARBOSA

Nascido na cidade de Paris, França, em 3 de setembro de 1934, filho de Enéas Barbosa e de Jeanne Marie Andrée Chalu Barbosa, Henry Chalu

Barbosa chegou ao Brasil antes de atingir a maioridade e optou pela nacionalidade brasileira. cursou o primário no Instituto St. Joseph de Cluny, Caiena, Guiana Francesa e o ginásio e colegial no Lycée Félix Eboué na mesma cidade. Prestou “baccalauréat” perante banca da Université de Bordeaux; diploma revalidado no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro.

Bacharelou-se em direito na Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Gama Filho, formando-se também em gerência financeira, através do 18º Curso do Instituto de Administração e Gerência da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio.

Possui diversos cursos de especialização nas Faculdades Integradas Estácio de Sá (direito do trabalho e processual do trabalho, comercial, penal, processual civil e direito previdenciário).

Iniciou na Administração Pública como oficial de chancelaria do Itamaraty, em 1968, para o qual logrou aprovação em concurso. Em 1975 passou, em 6º lugar, na prova de inspetor do trabalho, função que exerceu na Delegacia do Trabalho Marítimo do Rio de Janeiro.

Em 1979 prestou concurso para procurador da República e juiz federal. Aprovado em ambos, optou pelo último, assumindo o cargo na Seção Judiciária de Pernambuco, com posterior remoção para o Rio de Janeiro. Entre outras atividades, foi diretor-superintendente da Mineração da Amazônia Comércio e Indústria S/A e da Eletrometais Parecis S/A. Jornalista e escritor, tendo ainda exercido a advocacia civil, comercial, trabalhista e criminal com militância no Rio de Janeiro.

No magistério, além de ter sido professor da Alliance Française, foi docente da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense - UFF desde julho de 1974, onde lecionava direito processual civil como professor adjunto do Departamento de Direito Processual e Prática Forense.



DESEMBARGADOR  
FEDERAL VALMIR  
MARTINS PEÇANHA

(Presidente – 2003 a 2005)

Valmir Peçanha nasceu na cidade de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro, aos 22 de

abril de 1935, filho de Valmir de Almeida Peçanha e Perpétua Martins Peçanha. cursou o primário em sua cidade natal, tendo concluído o 1º e o 2º graus no Colégio São José, bacharelando-se em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1961.

Enquanto estudante, trabalhou na Administração Pública, no Departamento de Patrimônio do antigo Estado da Guanabara. Frequentou cursos extracurriculares ministrados no Instituto dos Advogados do Brasil e no Tribunal Regional Eleitoral. Exerceu durante vinte anos intensa atividade advocatícia, inclusive como advogado de instituições financeiras.

Foi membro da Comissão Jurídica Bancária do Sindicato de Bancos do Rio de Janeiro entre 1978 e 1982. Ingressou na magistratura federal em 1º de abril de 1982, indo ocupar a titularidade da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul,

sendo removido, a pedido, em 1983 para a 2ª Vara da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, de cujo desdobramento resultou a atual 11ª Vara da Seção Judiciária da capital fluminense. Foi designado juiz em auxílio à Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro a partir de julho de 1988. Designado vice-diretor do Foro da mesma Seção Judiciária a partir de janeiro de 1989.

Designado, ainda, como membro da comissão de instalação do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por ato do então ministro vice-presidente do Conselho da Justiça Federal - CCJF, em dezembro de 1988.

*“A pessoa humana é tudo para nós, nós somos seres humanos e temos de considerar todos os humanos”.*



DESEMBARGADOR  
FEDERAL CELSO GABRIEL  
DE REZENDE PASSOS

Celso Passos nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, a 28 de março de 1927, filho de Gabriel de Resende Passos e Amélia Gomes de Resende Passos. Fez o curso primário no Grupo Escolar Afonso Pena, em Belo Horizonte, o curso ginásial no Colégio São José, no Rio de Janeiro, e concluiu o clássico no Colégio Andrews no Rio de Janeiro, cidade onde graduou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, em 1950. Em 1952, doutorou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Paris como bolsista do Governo Francês.

Advogado militante desde 1950, membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB (1979 a 1987) e do Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB, Celso Passos foi vice-presidente da Union Internationale des Avocats e membro da Comissão da Terra do Conselho Federal da OAB para visitas às áreas de conflito relativo à Reforma Agrária.

Como correspondente estrangeiro do jornal “Vanguarda” do Rio de Janeiro, cobriu os trabalhos da

primeira Assembléia Geral da ONU, realizada em Paris, e durante os dois anos seguintes manteve coluna sobre fatos diversos, a partir da capital francesa, onde residiu até sua volta ao Brasil, em 1953.

Em 1955 ingressou no serviço público federal como assistente de procurador geral da República e, sucessivamente, procurador adjunto e procurador da República de 3ª, 2ª e 1ª categorias. Promovido a subprocurador geral, exerceu as funções de procurador chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro.

No Poder Executivo, foi chefe do gabinete do ministro das Minas e Energia, pasta em que atuou posteriormente como secretário de Estado e ministro. No Legislativo, elegeu-se deputado federal em Minas, em 1962, reelegendo-se em 1966.

Foi nomeado na vaga do Ministério Público para integrar o Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Entre seus trabalhos publicados, destacam-se “Liberdade Valor Perene” (1950) e “O Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais”.

Celso Passos faleceu no dia 14/7/2001.



DESEMBARGADOR  
FEDERAL SÉRGIO  
D'ANDRÉA FERREIRA

Sérgio D'Andréa Ferreira, filho de Lauro Barbosa Ferreira e de Haydée de Andrea Ferreira, nasceu em 15 de outubro de 1938, no Rio de Janeiro. Sua formação escolar deu-se nos Colégios Anglo Americano e Mello e Souza, tendo-se bacharelado pela Faculdade de Direito da então Universidade do Estado da Guanabara (atualmente Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ), na qual obteve prêmio por ter sido o 1º colocado em todas as séries do curso, com a maior média final já alcançada naquela academia. Obteve ainda, pela UEG, os títulos de doutor em direito e de livre-docente.

Foi professor titular de direito administrativo na UERJ, Universidade Santa Úrsula e Fundação Getúlio Vargas. Advogado militante até sua posse no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em vaga destinada à classe; membro do Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB e de outras associações culturais; foi integrante do corpo jurídico da Light Serviços de Eletricidade S/A, e parecerista.

No Ministério Público Estadual, em que ingressou como 1º colocado por concurso público de provas e títulos, exerceu os cargos de defensor público, promotor, curador, subprocurador geral e procurador geral de justiça. É autor, entre outros, dos livros “Comentários à Constituição Federal de 1988”, “As Fundações de Direito Privado Instituídas pelo Estado”, “Direito Administrativo Didático”, “O Direito de Propriedade e as Limitações e Ingerências Administrativas”, “A Técnica da Aplicação da Pena como Instrumento de sua Individualização”, “Princípios Institucionais do Ministério Público” e “Lições de Direito Administrativo”. Tem cerca de 90 artigos e pareceres publicados em diferentes revistas jurídicas, como a Revista Forense, de Direito Administrativo e de Direito Público.

Participante de cursos, congressos, seminários, encontros e bancas de concurso (inclusive para o cargo de juiz federal), proferiu palestras e conferências, no Brasil e no exterior.

*“Porque ser pioneiro não é apenas um problema ou uma questão cronológica, de quem chegou primeiro. Chegou primeiro, lançou as bases e abriu o caminho. Essa é a função do pioneiro”.*





DESEMBARGADOR  
FEDERAL FREDERICO  
JOSÉ LEITE GUEIROS

(Presidente – 2005 a 2007)

Filho de Nehemias da Silva  
Gueiros e Edna Leite Gueiros,  
Frederico Gueiros nasceu em

10 de agosto de 1942. Seu curso primário foi realizado no Colégio Baptista do Rio de Janeiro até o 3º ano, de onde se transferiu para o Colégio Mello e Souza, estabelecimento de ensino no qual concluiu sua formação colegial. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito da Universidade do extinto Estado da Guanabara, iniciando o curso em 1962 e concluindo-o em 1966.

Foi suplente do professor Nehemias Gueiros na Comissão de Direito Comercial Internacional das Nações Unidas no período de janeiro de 1975 a setembro de 1978 e membro efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB e conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Seção do Rio de Janeiro, nos biênios 1981/1983 e 1984/1985. Integrou, como representante da OAB, a Comissão Organizadora do 5º Concurso Público para Ingresso na Carreira de Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Foi membro das Comissões Examinadoras para os 1º, 2º, 3º, 4º, 7º, 8º,

9º e 10º e das Comissões Organizadoras dos 4º, 7º, 8º, 9º e 10º Concursos de Juiz Federal Substituto.

Como juiz federal brasileiro, foi convidado pelo Tribunal Federal norte-americano a participar da “International Patent Judges Conference”, em Washington, em 1995. Dentre os diversos cursos de que participou, estão o de criminologia aplicada sobre sistemas penais, realizado na UEG e o de extensão sobre direito fiscal nas sociedades anônimas, ministrado na Pontifícia Universidade Católica - PUC do Rio de Janeiro.

É integrante, desde 1983, do corpo docente do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Ocupa, no TRF, vaga destinada ao quinto constitucional para advogados.

No período de 6 de novembro de 1998 a 5 de abril de 2001, foi corregedor-geral da Justiça Federal da 2ª Região. É presidente da Comissão Permanente de Regimento Interno desde 2001. É membro do grupo de trabalho para definição das diretrizes na criação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados - Enfam.

*“Esse é o meu caminho. Eu vou encarar isso agora, porque estarei perto do jurisdicionado e poderei prestar alguma ajuda ao cidadão brasileiro, estando mais próximo dele.”*

## 04

### 25 Anos em ação Fatos da Administração do TRF2 e acontecimentos que ficaram na memória

No dia da instalação do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ocorrida em 30 de março de 1989, o único recinto pronto para receber as atividades da Corte era uma acanhada sala organizada para ser o Plenário, localizada no terceiro andar do prédio da Rua Acre, número 80, na Praça Mauá, Centro do Rio de Janeiro. E quem compareceu ao evento pôde notar as obras que transformavam o antigo prédio do extinto Instituto Brasileiro do Café na sede do TRF2. No final daquele ano, o primeiro presidente da Corte, desembargador federal Romário Rangel, resumiu as condições dos primeiros dias de trabalho: “Não tínhamos nem mesas ou cadeiras, nem papel ou máquina de escrever. Faltava tudo. Éramos órfãos”.

Aos poucos, contudo, a situação foi mudando e chegaram, paulatinamente, os recursos materiais e humanos para facilitar à nova casa de justiça o cumprimento do seu papel constitucional. Com o correr dos anos, a conjugação de criatividade, conhecimento técnico, boa gestão, aproveitamento

de novos meios tecnológicos e muita dedicação de magistrados e servidores resultou na complexa estrutura que hoje atende aos cidadãos da 2ª Região.

Isso não significa o fim das expectativas. Longe disso. A população exige cada vez mais do Judiciário, e a própria instituição sabe que ainda há muito a ser feito. Consciente disso, cada nova Administração do TRF2 toma medidas, investe em projetos e define objetivos e políticas para melhorar os serviços e suprir as necessidades da sociedade.

Os fatos listados a seguir são uma pequena amostra das iniciativas desenvolvidas pela Corte, que resumem alguns dos muitos fatos que marcaram a história administrativa do TRF2 e que comprovam o dinamismo de um órgão que vem evoluindo para acompanhar o ritmo do seu próprio tempo. E é por isso mesmo que, nesta obra, tais fatos aparecem entrelaçados com acontecimentos que marcaram a memória brasileira e mundial.



## 1989

O TRF2 é instalado com quase todo o prédio em obras. Pronto mesmo, só o Plenário, no 3º andar. Mas o Tribunal opera e, já no final do seu primeiro ano de funcionamento, tem mais de 12 mil processos no acervo.



Desembargadores da Composição Original tomam posse durante a solenidade de instalação.

### ... nesse ano...

O Protesto na Praça Tiananmem fica conhecido como massacre da Praça da Paz Celestial, ou Massacre de 4 de Junho.

*A queda do muro de Berlim, no dia 9 de novembro, é o ato inicial da reunificação da Alemanha, cindida ao meio após a Segunda Guerra Mundial.*

Encerrando um período de 29 anos sem eleições diretas, os brasileiros escolhem o seu presidente.

No dia 16 de dezembro, no estádio paulistano do Morumbi, o jovem Sorato, de apenas 20 anos, faz um gol e decide o Campeonato Brasileiro para o Vasco.

Inflação atinge 1782,90% ao ano.

142 pessoas embarcam no Bateau Mouche IV, no dia 31 de dezembro de 1988. 55 delas morrem no naufrágio da embarcação, na hora do Réveillon.

O número um de um novo tempo: as salas e grupos comerciais do Centro Comercial Empresarial Internacional Rio, conhecido como RB1, no número um da Avenida Rio Branco, começam a ser vendidas.

Com o enredo “Ratos e urubus, larguem a minha fantasia”, o carnavalesco Joãozinho Trinta (1933 - 2011) denuncia a miséria no Brasil e, sob a indignação da igreja católica, exibe a imagem do Cristo Redentor envolvida em plástico preto com a frase “mesmo proibido, olhai por nós”.





## 1990

É lançado o primeiro grande serviço automatizado do TRF2. O serviço de informações via BBS para consultas processuais visa proporcionar mais conforto a advogados e partes.



### ... nesse ano...

Lech Walesa é eleito presidente da Polônia. O político polonês e ativista dos Direitos Humanos foi um dos fundadores do sindicato Solidarnosc (Solidariedade).

Na URSS, Mikhail Gorbatchov é eleito presidente da União Soviética.

Ano de ouro para a Alemanha. Após a queda do muro de Berlim, com a Alemanha em processo de reunificação, a seleção do país segue para a Itália para tentar, mais uma vez, conquistar a Copa do Mundo. O time, comandado pelo ex-jogador e técnico Beckenbauer, após duas finais perdidas (copas de 1984 e 1986), sagra-se tricampeão mundial com o melhor ataque, 15 gols marcados.

O Presidente Collor determina o bloqueio de cruzados e promove o que fica conhecido como o maior confisco da história republicana brasileira.

Senna conquista o bicampeonato mundial de Fórmula 1.

*Inaugurado o primeiro sistema de telefonia celular do país.*

Importantes diplomas legais são aprovados: o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13 de julho), a Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8.072, de 25 de julho); o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 11 de setembro) e o Regime Jurídico Único do Servidor Público Federal (Lei 8.112, de 11 de dezembro).

Brizola é eleito no primeiro turno para o governo do Rio de Janeiro, com 61% dos votos. No Espírito Santo, Albuíno Azeredo derrota o senador José Inácio, superando previsão pessimista do início de sua campanha, que registrava intenção de votos em percentual inferior a 5%.

Zico, o “Galinho de Quintino” e carismático líder da vitoriosa trajetória do Flamengo nas décadas de 70 e 80, pendura as chuteiras. Mesmo sem o seu craque, o time é campeão da 2ª edição da Taça do Brasil.

Debaixo de uma chuva torrencial, na noite de 20 de abril, Paul McCartney se apresenta para mais de 140.000 pessoas que se aglomeravam no maracanã. Na noite seguinte, um público recorde de 184.000 pessoas deliram com o show do ídolo em uma noite de lua cheia.



## 1991

No último dia da gestão Romário Rangel, é inaugurada a nova instalação do Plenário do TRF2, no anexo 2. Posteriormente, o Tribunal instala os seus primeiros terminais informatizados para consulta do andamento dos autos em tramitação.



### *... nesse ano...*

A primeira guerra do Golfo tem início com o ataque do Iraque ao Kuwait, na região do Golfo Pérsico.

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) dissolve-se oficialmente em 25 de dezembro.

*O navio Gaia (deusa da Terra, na mitologia grega), réplica perfeita de um barco viking, parte da Noruega em direção à América, com o propósito de coletar cartas e desenhos em diversos portos do continente, desde o Canadá, que seriam posteriormente lidas aos líderes mundiais reunidos no Rio de Janeiro, na ECO-92, fórum global sobre o meio ambiente.*

Collor inicia programa de privatização com a venda da Usiminas.

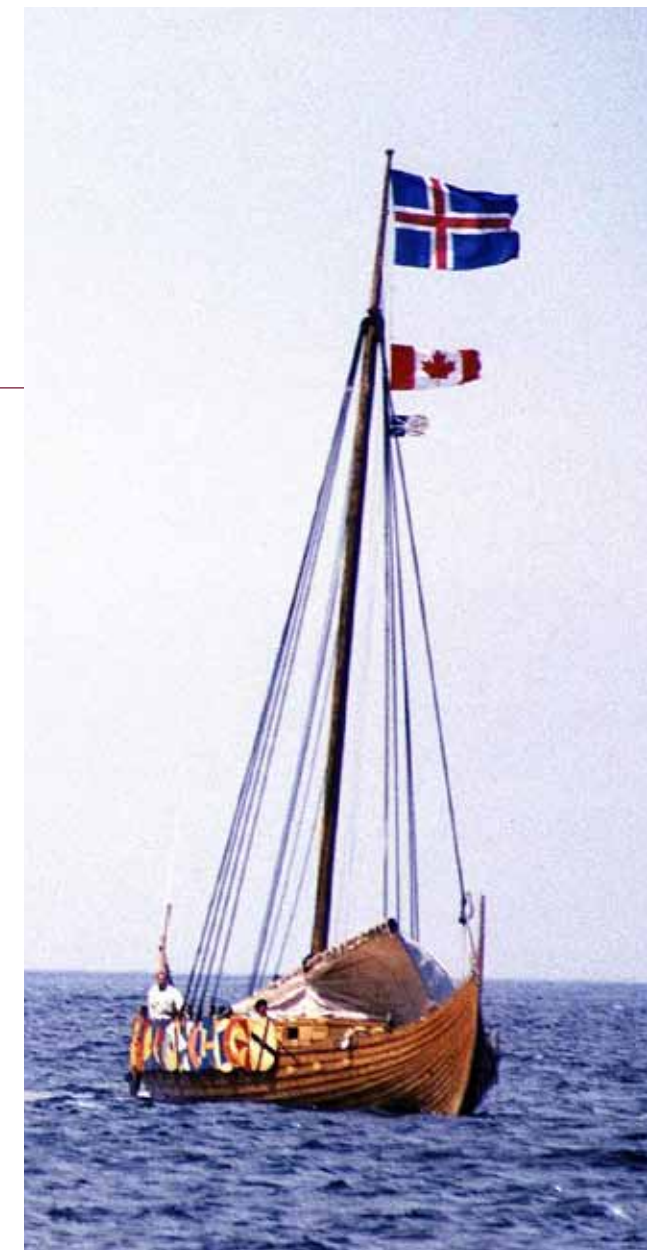
Senna sagra-se tricampeão mundial de Fórmula 1.

O governo reajusta o salário mínimo em 147%, mas concede apenas 54% para os aposentados, sob o argumento de que aquela correção não vinculou o reajuste previdenciário.

Em 26 de março de 1991, os presidentes da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai assinam o Tratado de Assunção, que cria o Mercosul.

O juiz Nestor José do Nascimento (TJ/RJ) é preso preventivamente por envolvimento em fraudes contra a Previdência.

Ilustres visitantes no Rio: em abril, príncipe Charles e princesa Diana; em agosto, Nelson Mandela, e, em outubro, Papa João Paulo II.







## 1992

Lançado o número 1 da Revista de Jurisprudência do TRF2, após cerimônia comemorativa ao seu terceiro ano de funcionamento.

### ... nesse ano...

É estabelecida a União Europeia mediante a assinatura do Tratado de Maastricht.

Após referendo que contou com o apoio de 64% da população, a Bósnia e Herzegovina declara sua independência da Iugoslávia.

Papa João Paulo II reconhece que a Igreja Católica condenou injustamente Galileu Galilei (1564-1642).

De 3 a 14 de junho, no Rio de Janeiro, acontece a ECO-92, Cúpula da Terra, como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD). O evento reuniu a maior quantidade de líderes mundiais da história.

Massacre do Carandiru termina com 111 detentos mortos.

Inaugurada a Linha Vermelha, ligando os municípios do Rio de Janeiro a São João do Meriti.

*O Impeachment: Fernando Collor de Mello é afastado da Presidência do Brasil, acusado de envolvimento em esquemas de corrupção, em parceria com seu tesoureiro de campanha PC Farias.*



Assassinados no Complexo da Maré dois policiais federais da Superintendência do Espírito Santo, destacados de sua localidade de origem para trabalhar na segurança das delegações estrangeiras que compareceram à Eco-92.

Após queda de helicóptero, Ulisses Guimarães desaparece nas águas da Costa Verde, litoral sul do Rio de Janeiro.

Flamengo sagra-se campeão brasileiro.



## 1993

Por força da Lei 8.535, de 16/12/1992, que criou 35 Varas no Estado fluminense, o TRF2 realiza o segundo concurso público para juiz federal substituto da Segunda Região. Nesse concurso, foram preenchidas 19 vagas para o cargo.



Posse dos juízes federais substitutos aprovados no segundo concurso do TRF2.

### ... nesse ano...

Nelson Mandela, o mais importante líder negro da África, é agraciado com o prêmio Nobel da Paz.

Divisão da Checoslováquia, dando origem à República Checa e à Eslováquia.

Ataque à bomba no World Trade Center.

Brasil realiza plebiscito para decidir sobre a forma e sistema de governo. Mantida a República Presidencialista.

Itamar relança o Fusca, após sete anos fora de produção.

*A Chacina da Candelária, no Rio de Janeiro, deixa mortos oito adolescentes moradores de rua. Sobrevivente do massacre, Sandro Nascimento voltou às páginas policiais pelo sequestro do ônibus 174.*

O sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, organiza grande passeata no Rio de Janeiro em campanha de combate à fome.

Instaurado inquérito policial para apurar prática de crime de racismo ocorrido em Vitória, Espírito Santo, em decorrência da afirmação de que “... quem manda no prédio são os moradores. Preto e pobre aqui não têm vez”. A vítima foi a estudante Ana Flávia Peçanha de Azeredo, negra, 19 anos, filha do governador do Espírito Santo, por ter retido momentaneamente a porta do elevador social de um edifício em Vitória, enquanto se despedia de uma amiga.





## 1994

Inaugurado o auditório no novo anexo da seção judiciária do Espírito Santo.

Em uma concorrida solenidade, é lançada a pedra fundamental para a mais que necessária ampliação física do TRF2, com a construção dos seus dois prédios anexos. As obras seguem em ritmo acelerado.



### ... nesse ano...

São Francisco, Califórnia, sedia a primeira conferência inteiramente dedicada ao potencial comercial da rede mundial de computadores (World Wide Web).

Assinado em Genebra protocolo de intenções entre os EUA e a Coreia do Norte para paralisação e desmantelamento do seu programa nuclear e militar em troca de ajuda econômica e do fornecimento de centrais de água leve que só pode ser usada para fins civis.

*Acidente na curva Tamburello, durante o Grande Prêmio de San Marino de 1994 (Fórmula 1), mata Ayrton Senna da Silva.*

Vitória nos pênaltis em jogo contra a Itália garante ao Brasil tetracampeonato mundial de futebol, depois de 24 anos sem ganhar um título.

Entra em circulação o Real, nova moeda nacional.

Uma polêmica envolve o desembarque da Seleção Brasileira de Futebol, logo após conquistar o tetracampeonato na Copa do Mundo. A revista Veja chamou de “muamba tétrica” o grande volume de produtos importados nas bagagens dos jogadores e da comissão técnica.

Incêndio provocado pelo armazenamento irregular de fogos de artifício no mercado de Vila Rubim, em Vitória/ES, destrói 110 boxes, 30 lojas, sete veículos, causa ferimento em 35 e mata 2 pessoas.





## 1995

Por força da Lei nº 8.915, de 12 de julho de 1994, o TRF2 instala a 4ª turma. No dia 6 de outubro, tomam posse o juiz federal Castro Aguiar, o advogado Ney Fonseca e as juízas federais Célia Georgakópoulos e Maria Helena Cisne.



### ... nesse ano...

Paz na Bósnia. O mais longo conflito armado na Europa desde a 2ª Guerra Mundial tem fim em 21 de novembro, após três semanas de negociação nos Estados Unidos.

Com um total de 49 funcionários, e com investimentos obtidos da Sequoia Capital, Reuters Ltd e Softbank, o Yahoo é lançado e se torna rapidamente um dos principais portais de hospedagem vasta quantidade de conteúdo de áudio e vídeo em *streaming*, lojas virtuais e serviços de gestão, além de ferramentas de *sites* e serviços.

Jacques Chirac é eleito presidente na França, e Carlos Menem é reeleito na Argentina.

*Dezenas de pessoas, entre elas dezesse-  
te crianças, morrem na explosão de um carro-  
bomba que destruiu edifício de nove andares do  
governo dos EUA na cidade de Oklahoma.*

Publicado o Plano Diretor da Reforma do Estado, que dá início à reforma gerencial do Estado e que, encaminhado ao Congresso Nacional, deflagra a edição da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública.

O uso do sistema de espionagem “Echelon” no processo de licitação do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM elimina franceses do processo licitatório e garante a compra de equipamentos de comunicação do consórcio liderado pela empresa americana Raytheon Company.

O Brasil consegue controlar a inflação e bancos começam a quebrar: Banerj, Banespa, Econômico e Nacional são as primeiras vítimas.

Após quase 25 anos de funcionamento, fecha o Tivoli Park, na Lagoa.

Botafogo conquista o campeonato brasileiro de futebol.





# 1996

Advogados e partes passam a contar com o Sistema de Teleatendimento, que permite realizar consultas processuais por telefone ou fax.

## ... nesse ano...

Bill Clinton é reeleito presidente dos Estados Unidos da América.

Surgem os primeiros medicamentos do chamado coquetel anti-Aids.

Nova variante da doença da vaca louca afeta rebanho do Reino Unido, gerando embargo de grande parte dos países europeus à produção britânica.

A Light Servicos de Eletricidade S.A. é vendida em leilão da Bolsa de Valores do Rio por US\$ 2,26 bilhões à estatal francesa Electricite de France (EDF, que ficou com 34% das ações) e às norte-americanas Houston Industries Energy e AES Corporation (11,35%, cada).

O chamado massacre de Eldorado dos Carajás ocorrido durante um conflito no município localizado no sul do Pará deixa saldo de dezenove pessoas mortas e dezenas de feridos.

O Rio de Janeiro é praticamente submerso pelas chuvas torrenciais que ocorrem no final do verão, obrigando diversos servidores do TRF2 a dormirem em seu local de trabalho.

Michael Jackson grava clipe “They don’t care about us” na comunidade Santa Marta, na Zona Sul do Rio.

*Inaugurado o Museu de Arte Contemporânea de Niterói – MAC, projetado por Oscar Niemeyer.*



Foto: Flávia Lamego





A EMARF foi criada durante o 2º Encontro de Juízes Federais da 2ª Região

## 1997

É realizado o primeiro evento da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf), durante a abertura do 2º Encontro de Juízes Federais da 2ª Região, no interior do Estado do Rio de Janeiro. Também de agosto de 1997 data a própria criação da Emarf, em sessão plenária do Tribunal.

### ... nesse ano...

O mundo conhece, extasiado, o resultado da primeira clonagem de um mamífero: a ovelha Dolly.

O mundo perde Lady Diana em um acidente de carro nas ruas de Paris. No mesmo ano, morre madre Teresa de Calcutá, missionária católica, nascida na Macedônia e naturalizada indiana.

Terroristas islâmicos matam 58 turistas a tiros e facadas no templo da rainha faraó Hatshepsut, uma das maiores atrações turísticas do Egito.

Lançado, com sucesso imediato, o primeiro volume da série Harry Potter, da escritora inglesa J. K. Rowling.

*O catarinense Gustavo Kuerten surpreende ao se tornar o primeiro tenista brasileiro campeão em Roland Garros, derrotando o espanhol Sergi Bruguera na final por 3 a 0 (6/3, 6/4 e 6/2).*

Senado aprova, em segundo turno, a reeleição de prefeitos, governadores e presidente da República.

A Vale do Rio Doce é privatizada em controversa operação, que contou com financiamento do BNDES ao consórcio Brasil, liderado pela CSN, que adquiriu o controle acionário da Vale.

Índio pataxó é assassinado em Brasília por cinco estudantes.

Brasil se despede de Betinho, Darcy Ribeiro e Paulo Freire, todos falecidos naquele ano.

É inaugurada a Linha Amarela, que liga a baixada de Jacarapaguá à Ilha do Fundão. Idealizada na década de 1960 durante o governo Carlos Lacerda, sua construção só teve início no governo César Maia.

Guilherme de Pádua é condenado a 19 anos de prisão pelo assassinato da atriz Daniella Perez em 1992.

Edmundo “animal” comanda o Vasco da Gama na conquista do 3º título brasileiro em sua história.







## 1998

A então presidente do TRF2, Tania Heine, inaugura o auditório no 3º andar, marcando a expansão da Corte (anexo I)

O TRF2 entra na rede, lançando sua página na internet. Entre vários recursos, a página disponibiliza o acesso à consulta processual e ao acompanhamento automático por e-mail, bastando ao usuário cadastrar-se no serviço. As notícias sobre decisões e iniciativas da Corte são atualizadas diariamente.



### ... nesse ano...

A Google Inc. é lançada como empresa privada e com o objetivo declarado de “organizar a informação mundial e torná-la universalmente acessível e útil”.

Estados Unidos e Reino Unido bombardeiam o Iraque por quatro dias. A operação ganha o nome de “raposa do deserto”.

Proibição da clonagem humana é decretada em 19 países.

Fernando Henrique Cardoso é reeleito.

Publicada a Lei nº 9610, que atualiza e consolida a legislação de direitos autorais no país.

Uma seleção brasileira apática sofre goleada em final da Copa do Mundo na França.

Central do Brasil, dirigido por Walter Salles, é indicado ao Oscar de melhor filme estrangeiro e de melhor atriz.

*Desaba o edifício residencial Palace II, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, soterrando oito pessoas e deixando 150 famílias desabrigadas.*

Vasco da Gama conquista a taça “Libertadores da América”, tornando-se o primeiro time carioca a obter tal título.





## 1999

Em comemoração aos seus 10 anos de existência, o TRF2, em conjunto com a seção judiciária do Rio de Janeiro, realiza sua primeira olimpíada. Em concorrida cerimônia, a data foi celebrada com as devidas formalidades.



### ... nesse ano...

Ocorre, no condado de Jefferson,, no Colorado, Estados Unidos, o maior atentado a uma escola já registrado, que resultou na morte de 15 pessoas. O incidente ficou mais conhecido como o “Massacre de Columbine”,

O Euro se torna a moeda oficial de onze dos 25 países da União Europeia.

A ameaça do “bug do milênio” provoca pânico no mundo inteiro.

*O Ministério da Saúde lança programa de medicamentos genéricos, regulamentado pela Lei 9787, que atende 60% das necessidades de prescrições médicas.*

O maior blecaute da história brasileira atinge dez Estados e deixa 76 milhões de brasileiros sem luz nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Desaparece do cenário carioca um de seus pontos tradicionais de compras, a matriz da “Mesbla S.A”, situada na rua do Passeio, nº 42, na Cinelândia, Rio de Janeiro, após a decretação de sua falência.





## 2000

O TRF2 conclui, em setembro, as obras de construção do Anexo II de sua sede. A ampliação foi projetada para comportar os setores que suportam mais peso no Tribunal, como o Almoxarifado e o Arquivo Administrativo. A gráfica, onde foi impresso este livro, inaugurada em junho, foi particularmente beneficiada com a mudança, em dezembro, para um novo espaço no 4º andar, muito mais adequado para seus equipamentos e serviços.

### ... nesse ano...

No dia 25 de julho, o voo Air France 4590 parte de Paris rumo a Nova Iorque levando 109 pessoas a bordo de um Concorde. Um vazamento de combustível, contudo, fez a aeronave cair instantes após a decolagem.

O Papa João Paulo II pede perdão pelos erros cometidos pela Igreja Católica nos últimos dois mil anos, entre os quais a Inquisição e as Cruzadas.

O submarino russo Kursk naufraga no Mar de Barents (Ártico) com 118 tripulantes.

Brasil comemora 500 anos de descobrimento, mesmo sem a chegada da réplica da caravela.

Gustavo Kuerten se torna o número 1 do mundo do tênis.

TV Senado exhibe embate histórico entre dois inimigos políticos: Jader Barbalho e Antonio Carlos Magalhães, que trocam ofensas com palavras chulas.

Vazamento em duto da Petrobrás derrama mais de 500 mil litros de óleo na Baía de Guanabara.

*Durante quase cinco horas, dez passageiros de um ônibus da linha 174 permanecem sob a mira do revólver de Sandro Barbosa do Nascimento, no bairro do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, o que resultou na morte de uma refém após troca de tiros com policiais.*

Vasco da Gama conquista mais um título de campeão brasileiro de futebol.





## 2001

É inaugurado o Centro Cultural Justiça Federal. O minucioso e extenso processo de restauração observou rigorosamente as orientações técnicas do IPHAN. Atualmente, o CCJF dispõe de 12 amplas salas de exposições, teatro, cinema, biblioteca, sala para cursos e cafeteria.

Nesse mesmo ano, é implantado o aplicativo “Inteiro Teor”, construído com expertise interna e que auxiliou a produção e controle das decisões monocráticas e colegiadas do TRF2.



### *... nesse ano...*

*11 de setembro. Quase três mil pessoas morrem vítimas de diversos atentados terroristas que usaram aviões como armas. Dois deles atingiram as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque, outro atingiu o Pentágono, na cidade de Washington, e o último avião caiu em campo aberto, próximo de Shanksville.*

Desenvolvido pela Apple Inc., o Ipod é lançado, e rompe paradigmas com a interação entre usuário e tecnologia.

No Brasil, quebra de patentes reduz os preços dos medicamentos anti-*ids*.

População brasileira vive ameaça de apagão elétrico e é obrigada a adotar medidas de racionamento de energia.

Após três explosões que deixaram 11 mortos, a P-36 da Petrobras, até então a maior plataforma flutuante para extração de petróleo do mundo, submerge lentamente no mar da Bacia de Campos, no Rio de Janeiro.

Surge em Vitória, Espírito Santo, a Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência – AMAFA-VV, um grupo formado para discutir e encontrar soluções para os crimes que vitimaram seus filhos e familiares.

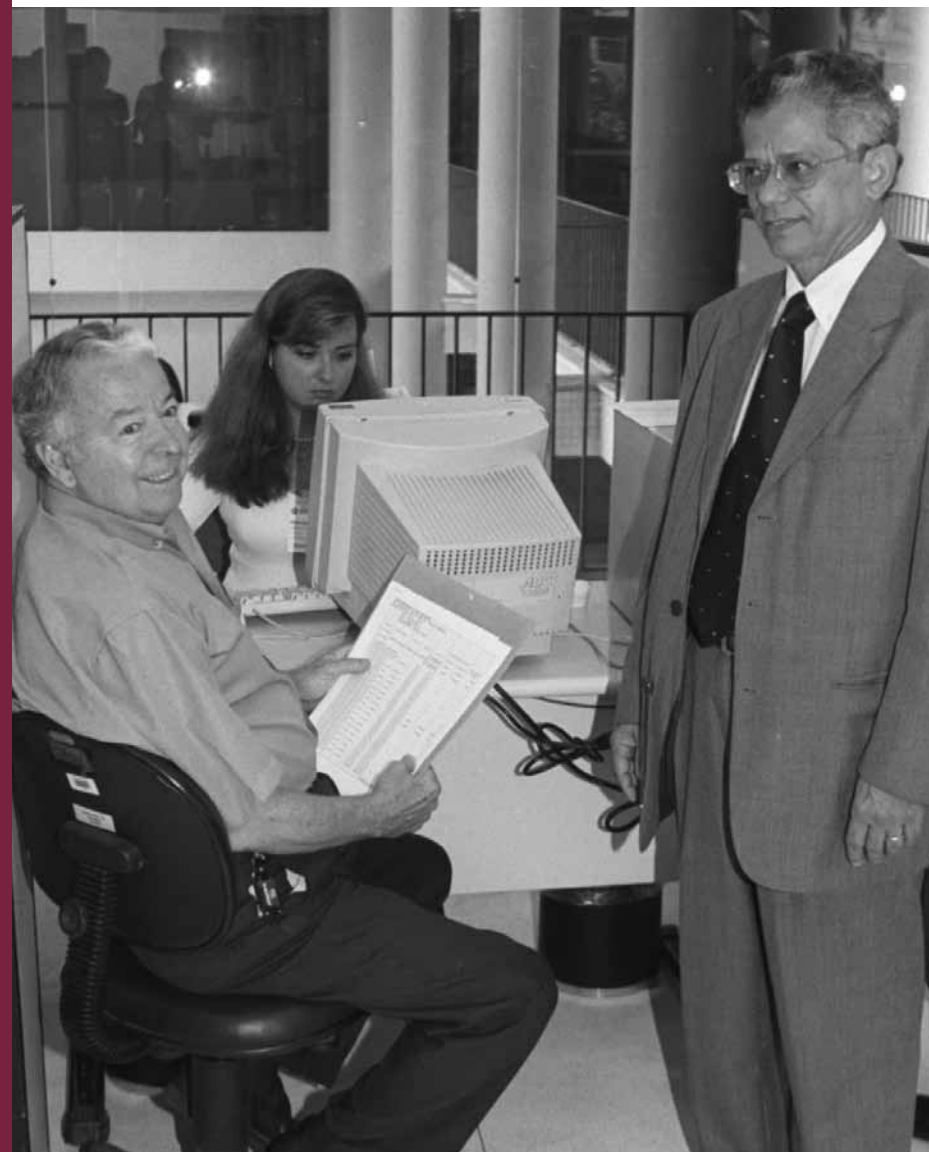






# 2002

Instalação dos primeiros juizados especiais federais, simultaneamente, no Rio de Janeiro e em Vitória. A promessa de uma justiça mais célere, eficiente e simplificada começa a ser cumprida.



O corregedor regional da 2ª Região, Castro Aguiar, acompanha o atendimento ao primeiro cidadão a protocolizar petição nos Juizados Federais do Rio de Janeiro.

*... nesse ano...*

Tropas dos EUA desenvolvem a operação Anaconda, primeira batalha em grande escala dos Estados Unidos na guerra no Afeganistão.

Sancionado o novo Código Civil brasileiro.

*Seleção brasileira conquista o pentacampeonato de futebol, na copa do mundo do Japão/Coréia.*

O ex-líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva é eleito presidente do Brasil, com mais de 53 milhões de votos, derrotando o candidato José Serra (PSDB).

Crise de confiança dos mercados financeiros eleva a cotação do dólar a R\$ 3,95 no dia 22 de outubro.

Durante a realização de uma matéria sobre abuso de menores e tráfico de drogas em um baile funk promovido na Vila Cruzeiro, na Penha, Rio de Janeiro, o jornalista Tim Lopes, da Rede Globo, foi descoberto, sequestrado e morto por traficantes liderados por Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco.





## 2003

Com o objetivo de reduzir custos e economizar tempo, o TRF2 implantou seu sistema de videoconferência. O recurso é muito utilizado, desde então, para reuniões técnicas e administrativas e para cursos e palestras a distância.

### ... nesse ano...

EUA iniciam a guerra contra o Iraque para derrubar Saddam Hussein. Os americanos atacam a capital Bagdá com mísseis Tomahawk e bombas a partir de caças-bombardeiros F-117.

O projeto Genoma Humano é finalizado, com 99% do DNA sequenciado com uma precisão de 99,99%.

O Estatuto do Idoso, conjunto de leis que beneficia cerca de 20 milhões de brasileiros da terceira idade, é publicado em outubro. A Lei nº 10.741 define diversas medidas de proteção às pessoas com idade superior a 65 anos.

*Daiane dos Santos conquista a primeira medalha de ouro brasileira na ginástica rítmica. Ao som de “Brasileirinho”, sua apresentação solo fechou com o movimento duplo twist carpado, ou Dos Santos, como ficou conhecido.*

Explosão de protótipo de Veículo Lançador de Satélites no Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, mata 21 cientistas brasileiros.

O juiz Alexandre Martins de Castro Filho é assassinado com três tiros em Vila Velha (ES). Alexandre integrava a missão especial federal que investigava as ações do crime organizado no Estado.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, torna-se a primeira instituição de ensino público de 3º grau a estabelecer políticas afirmativas com a adoção do sistema de cotas para ingresso em seus cursos.



Foto integrante da exposição “Panorâmicas”, realizada no CCJF em 2008





## 2004

Entram em funcionamento os juizados especiais federais eletrônicos de São Gonçalo, no Grande Rio. Eles são os primeiros nesse formato de unidade da Justiça Federal em que todas as peças processuais, da petição à sentença, são digitalizadas.

### ... nesse ano...

*Um terremoto de 9 graus na escala Richter, seguido de ondas gigantes (tsunami), em dezembro, causa a morte de mais de 23 mil pessoas em sete países do sul e do sudeste da Ásia.*

No dia 4 de fevereiro, o Facebook é lançado na internet. O *site*, criado por quatro colegas de dormitório da Universidade Harvard, inicialmente objetiva apenas comparar garotas da universidade, classificando-as segundo critérios de beleza e *sex appeal*. Dias antes, em 24 de janeiro, era lançado o Orkut.

Atentado em estação de trem na cidade de Madrid, Espanha, mata 191 pessoas.

Furacão Catarina, o primeiro furacão na história do Atlântico Sul, castiga o nordeste do estado do Rio Grande do Sul e o sul do estado de Santa Catarina.

Promulgada a Emenda Constitucional nº 45, que estabelece novas regras para a magistratura e cria o Conselho Nacional de Justiça - CNJ e o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

O prefeito Cesar Maia autoriza a Procuradoria Geral do município a ingressar com ação para impedir que turistas americanos sejam fotografados e tenham suas impressões digitais coletadas, após medida americana que obriga a identificação de turistas que ingressem naquele país.

Inaugurada a estação das barcas de Charitas. Com projeto arquitetônico assinado por Oscar Niemeyer, o terminal converte-se em atração turística local, e reduz a circulação de veículos até o centro de Niterói.







## 2005

O TRF2 passa a funcionar com oito turmas especializadas com três magistrados em cada uma, sendo a 1ª e 2ª Turmas em matéria penal, previdenciária e em questões de propriedade industrial e intelectual; a 3ª e 4ª Turmas em matéria tributária e questões trabalhistas de competência da Justiça Federal. E as 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Turmas, em matéria administrativa e em todas as causas não compreendidas na competência das demais turmas.

... nesse ano...

*Morre o Papa João Paulo II, aos 84 anos de idade, encerrando um pontificado de 26 anos.*

Furacão Katrina destrói diques de proteção e literalmente faz submergir a cidade de Nova Orleans, nos Estados Unidos, além de causar outras mortes e destruição nos Estados da Flórida, Mississippi e Louisiana.

Em referendo histórico, dois terços dos brasileiros dizem não à liberdade de comércio de armas de fogo.

O então deputado Roberto Jefferson denuncia na mídia um esquema denominado mensalão, que envolvia a compra de votos de deputados para projetos de interesse do Poder Executivo.

Preso irmão do assessor de José Genoíno, então presidente do PT, quando tentava embarcar no aeroporto de Guarulhos portando US\$ 200.000 dólares em uma maleta e mais US\$ 100.000 ocultos na cueca.

Fatos apurados na Operação Caravelas, da Polícia Federal, levam à prisão a sócia do Satyricon e da pizzeria Capricciosa, famosos restaurantes do Rio de Janeiro, acusada de atuar como laranja de empresas ligadas ao tráfico internacional de drogas.





## 2006

A modernização das Instalações do Arquivo e da Biblioteca, através da instalação de estantes deslizantes eletrônicas, otimiza a capacidade e a qualidade de armazenamento de seu acervo.

Um novo serviço informatizado do TRF2 permite aos juízes de primeiro grau solicitar, através da página da Corte na internet, o bloqueio dos valores depositados, referentes aos requisitórios judiciais de pagamento, garantindo celeridade às medidas que visam a impedir a efetuação de saques.



### ... nesse ano...

O ex-presidente iraquiano Saddam Hussein é enforcado em Bagdá pelo assassinato de 148 homens, predominantemente xiitas, na cidade iraquiana de Dujail em 1982.

É sancionada a Lei Maria da Penha. Entre as várias mudanças, a lei aumenta o rigor das punições às agressões contra a mulher.

Lula é reeleito presidente da República.

Exército ocupa o morro da Mangueira, no Rio de Janeiro, em busca de armamento roubado de um quartel.

O país entra em alerta quando a Infraero anuncia o desaparecimento do Boeing 737-800 da Gol no espaço aéreo brasileiro. Esse foi apenas o início de uma crise sem precedentes no sistema aeroportuário, provocada pelo choque entre um jato Legacy e o Boeing da Gol, que se torna um dos maiores acidentes aéreos da história do país. A morte de 154 pessoas do voo 1907 causa grande comoção nacional.

*Após longa crise financeira, sucumbe a tradicional companhia Viação Aérea Rio Grandense - VARIG, dando lugar à VRG Linhas Aéreas S.A.*







## 2007

O Comitê para Implantação do Programa A3P, com muita criatividade e com o total apoio da Administração do TRF2, lança o "programa de coleta seletiva", o "fumódromo", no jardim do terceiro andar, e o "ranking positivo" dos setores que mais reduziram o consumo de papel e copos descartáveis", promovendo várias campanhas para servidores e magistrados.

*... nesse ano...*

Apple Inc. lança o celular Iphone.

Romênia e Bulgária aderem oficialmente à União Europeia.

Brasil é escolhido para sediar a Copa do Mundo FIFA 2014.

Acidente com o voo 3054 da TAM em manobra de aterrissagem no aeroporto de Congonhas mata 191 pessoas.



*O Cristo Redentor, um dos símbolos do Rio de Janeiro, é eleito uma das novas sete maravilhas do mundo.*

Inaugurado o estádio olímpico João Havelange, popularmente conhecido como Engenhão.

Menino morre ao ser arrastado, preso ao cinto de segurança de um carro, por mais de quatro quilômetros, após assalto, no bairro de Oswaldo Cruz, subúrbio do Rio.





## 2008

Justiça Federal instala Juizados Especiais nos Aeroportos do Rio de Janeiro para resguardar direitos do cidadão em trânsito.

... *nesse ano...*

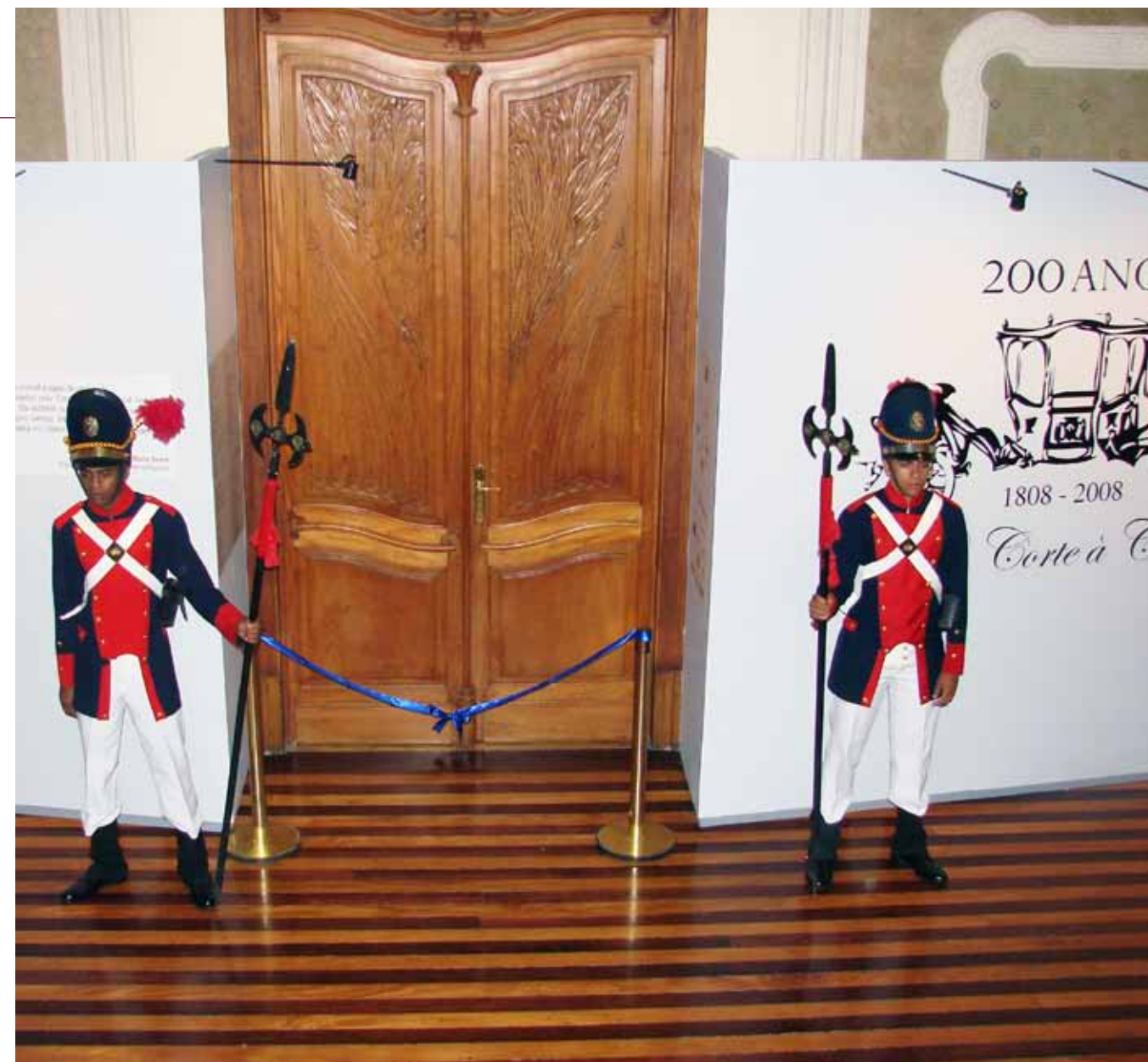
Barack Obama é eleito presidente dos Estados Unidos. Pela primeira vez, um negro assume este cargo.

Sem socorro do governo norte-americano, o banco Lehman Brothers decreta falência e deflagra a maior crise financeira mundial desde a grande depressão de 1930.

Por seis votos a cinco, o Supremo Tribunal Federal (STF) libera a utilização de células-tronco embrionárias para aplicação em pesquisas científicas e terapias. O caso foi julgado em uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) proposta pela Procuradoria-Geral da República.

Duas tragédias causam comoção nacional: o assassinato de Isabella Nardoni, de apenas 5 anos, jogada do 6º andar do apartamento de seu pai, em São Paulo, e o sequestro que dura 100 horas, resultando na morte da jovem Eloá Cristina Pimentel, por seu ex-namorado Lindemberg Alves, que invade seu apartamento após o término do namoro.

*Rio de Janeiro monta agenda cultural para celebrar o bicentenário da chegada de D. Pedro ao país e da instalação da Corte no Rio de Janeiro. O Centro Cultural Justiça Federal promove exposição “200 anos – Da Corte à Corte: O Rio de Janeiro, o STF e mais quatro instituições que reinventaram o Brasil”.*



## 2009

Inaugurada a Sala de Digitalização e Remessa Eletrônica de Recursos. Com isso, o TRF2 torna-se apto a transformar processos com recursos especiais (para o Superior Tribunal de Justiça) ou extraordinários (para o Supremo Tribunal Federal) em autos virtuais e a Corte passa a ter condições de remeter esses recursos por meio eletrônico em poucos minutos.



*O então presidente do TRF2, desembargador federal Paulo Espirito Santo (à direita), e o então presidente do STJ, ministro Cesar Asfor Rocha inauguram a Sala de Digitalização*

### ... nesse ano...

As primeiras notícias sobre a morte de Michael Jackson são divulgadas por um *site* de celebridades, momentos depois da chegada do cantor ao hospital UCLA Medical Center.

A Organização Mundial de Saúde declara que o surto da gripe A (gripe suína) atinge nível de pandemia, tornando-se a 3ª pandemia do milênio.

Um blecaute atinge várias cidades das regiões Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil por volta das 22h do dia 10 de novembro. Segundo o Ministério de Minas e Energia, o apagão teria sido causado por uma pane na usina hidrelétrica de Itaipu. O Paraguai, que faz fronteira com o Brasil, também teve problemas de abastecimento.

O Acordo Ortográfico formalizado entre os países de língua portuguesa em 1990 entra em vigor no Brasil.

Um Airbus da Air France que parte do Rio de Janeiro no dia 31 de maio rumo a Paris cai no Oceano Atlântico. O voo AF 447 levava 228 pessoas. Ninguém sobreviveu. As investigações dos motivos do acidente ainda não foram concluídas. Dentre as vítimas, o juiz federal aposentado José Gregório Marques, que foi titular da 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro, e sua esposa, Maria Teresa Moreno Marques.

*O Rio de Janeiro é escolhido pelo Comitê Olímpico Internacional como cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016.*

Em dezembro, a família brasileira do menino Sean Goldman entrega-o ao pai, o norte-americano David Goldman, no consulado dos EUA na capital fluminense, pondo fim à disputa judicial pela guarda da criança, que vinha se desenrolando desde 2004.

Flamengo vence o Grêmio por 2 a 1 no Maracanã, tornando-se hexacampeão do Campeonato Brasileiro de futebol.







## 2010

TRF2 marca presença na Ação Global 2010 no morro da Providência, levando a Justiça Itinerante para atender a população da comunidade pacificada.

A 2ª Região conclui a virtualização das varas cíveis, previdenciárias e de execução fiscal e TRF2 lança sua publicação oficial na internet de decisões judiciais e atos administrativos.

### ... nesse ano...

Um tremor de terra de 7 graus de magnitude atinge o Haiti em janeiro. É o terremoto mais forte já registrado na região. O sismo teve seu epicentro na parte oriental da península de Tiburon, a cerca de 25 km de Porto Príncipe, capital haitiana, deixando cerca de 200 mil mortos.

Dezessete dias após o desmoronamento que deixa 33 mineiros presos em uma mina no subsolo do deserto do Atacama, um bilhete informa, em 22 de agosto, que todos estavam vivos a 700 metros de profundidade. A informação, festejada por Sebastian Piñera, presidente do Chile, deu início ao plano de resgate, que só ocorreria em outubro.

*A candidata Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, é eleita a primeira presidente mulher da República Federativa do Brasil.*

Debaixo de chuva, milhares de pessoas se reúnem na Cinelândia, no Centro do Rio, em ato público contra a emenda apresentada pelo deputado Ibsen Pinheiro, que propõe a mudança das regras de distribuição dos royalties do petróleo.

O goleiro Bruno, do Flamengo, é preso, acusado de matar a ex-namorada Eliza Samudio.

Cai a maior chuva em 44 anos no Estado do Rio de Janeiro, deixando um saldo de 257 mortos em toda região.

O Fluminense vence o Guarani por um a zero no Engenhão e é Campeão Brasileiro após 26 anos.







## 2011

Inaugurada a nova sede da seção judiciária do Espírito Santo, que permitiu a centralização da administração e de todas as Varas e Juizados Especiais da capital capixaba.

TRF2 reduz em 26% o consumo de papel em um ano. Também houve economia no combustível em quase 50%. A redução se estendeu ainda ao consumo de energia, água e telefone em ambas as instâncias.

### ... nesse ano...

Morre aos 56 anos o empresário Steven Paul Jobs, criador da Apple, maior empresa de capital aberto do mundo, do estúdio de animação Pixar, e pai de produtos como o Macintosh, o iPod, o iPhone e o iPad.

Um terremoto de 9 pontos na escala Richter, o pior da história do Japão e o sétimo mais intenso do mundo, atinge o litoral nordeste do país, em 11 de março. O tremor, com epicentro na costa da província de Miyagi, causa explosões em prédios dos reatores da usina Fukushima Daiichi.

A internet converte-se em importante arma na restauração democrática dos países árabes. Jovens da Tunísia, através das redes sociais, deflagram o movimento que ficou conhecido como Primavera Árabe, em alusão à Primavera de Praga, ocorrida em 1968.

O Supremo Tribunal Federal reconhece, por unanimidade, os direitos de casais homossexuais e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprova, por maioria de votos (14 a 1), uma resolução que obriga os cartórios de todo o país a celebrar o casamento civil e converter a união estável homoafetiva em casamento.

Chuvas na região serrana do Rio de Janeiro provocam o oitavo maior deslizamento de terra da história mundial e a morte estimada de mais de 11 mil pessoas.

*Os bondes, que desde 1872 ligam o centro do Rio de Janeiro ao tradicional e charmoso bairro carioca de Santa Teresa, tiveram sua circulação interrompida pela primeira vez na história, quando, por falta de manutenção, um deles descarrilou. O acidente provocou a morte de 6 passageiros e deixou 50 feridos. A retomada do serviço está prevista para meados de 2014.*

Após o vazamento de 3 mil barris de petróleo na zona do pré-sal na Bacia de Campos no RJ, a Chevron é multada em R\$ 78 milhões.







O advogado Moysés Joaquim da Silva usa dispositivo linha Braille

## 2012

TRF2 proporciona acesso às suas informações às pessoas com deficiência por meio de equipamentos acessíveis instalados em sua biblioteca.

Justiça Federal da 2ª Região concluiu virtualização de todos os processos da Corregedoria, desde 1989. Os arquivos digitalizados estão disponíveis para a instituição como documentos eletrônicos. Ao todo, foram mais de 120 mil folhas de papel transformadas em informação digital.

### ... nesse ano...

O presidente do Paraguai, Fernando Lugo, sofre *impeachment* menos de 48 horas após ser responsabilizado pela morte de 17 pessoas durante confrontos armados em Curuguaty. Seu vice, Federico Franco, assume a presidência até as eleições seguintes em 2013.

Hugo Chávez vence eleições presidenciais na Venezuela e conquista seu quarto mandato com 55% dos votos.

Barack Obama é reeleito para a presidência dos Estados Unidos da América.

Ministros do Supremo Tribunal Federal decidem que o aborto em caso de anencefalia não é crime. O julgamento, que durou dois dias, mobiliza setores conservadores da sociedade, que são contra a legalização. Apenas os ministros Ricardo Lewandowski e Cezar Peluso se manifestam contra a interrupção da gravidez de fetos sem cérebro.

*Não é o último capítulo da novela das 9, nem final de Copa do Mundo, mas o Brasil para em 2 de agosto para acompanhar pela TV o desenrolar de um drama que marca a história da República. Tem início o julgamento do esquema de corrupção no Legislativo que ficou conhecido como “mensalão” e, pela primeira vez, a audiência de*



O relator do mensalão, Joaquim Barbosa, e o ministro Gilmar Mendes.

*uma sessão do Supremo Tribunal Federal supera a de todas as outras emissoras do país. O esquema envolvendo parlamentares veio a público em 2005. Segundo a denúncia, os acusados recebiam propinas mensais de R\$ 30 mil para votar a favor do governo. O processo que apura o caso soma nesse momento 77 volumes e cerca de 13 mil páginas. 37 réus são condenados. Os crimes foram corrupção ativa e passiva, evasão de divisas, peculato, lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta e formação de quadrilha.*

Incêndio destrói parte da estação brasileira na Antártida deixando dois militares mortos.

É realizada a Rio+20, conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável.

Dois prédios, de dez e 20 andares, e um sobrado desabam no Centro do Rio de Janeiro, matando 17 pessoas. Segundo a Polícia Federal, uma obra no 9º andar de um dos imóveis teria provocado o desabamento. Sete pessoas foram indiciadas.



Roque Bonfante (diretor geral do TRF2), Cícero de Almeida (diretor executivo do CCJF), o presidente Sergio Schwaitzer e Christofferson Melo de Oliveira (chefe de divisão de controle de acervo do Arquivo Geral do TJ/MA), após palestra de abertura do seminário.

## 2013

Na abertura do 2º Seminário Nacional de Museus e Centros de Memória do Poder Judiciário, realizado no Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), o presidente do TRF2, desembargador federal Sergio Schwaitzer, anunciou a instalação do Centro de Memória Institucional da 2ª Região, que funcionará no CCJF e administrará o arquivo histórico.

### ... nesse ano...

O Papa Bento XVI choca o mundo ao renunciar. Pela primeira vez na era moderna, um Papa da Igreja Católica abandona o pontificado. Na sucessão, o argentino Jorge Mario Bergoglio, que adotou o nome de Francisco, é eleito o primeiro Papa nascido no continente americano e o primeiro jesuíta a assumir o cargo.

Edward Snowden, ex agente da CIA, denuncia em entrevistas aos jornais The Guardian e The Washington Post esquema de espionagem realizado pelo governo norte americano em sistemas de comunicação de vários países, gerando indignação ao redor do mundo.

Incêndio na boate Kiss, em Santa Maria, região central do Rio Grande do Sul, deixa 242 mortos. Durante apresentação da banda Gurizada Fandangueira, que fazia uso de artefatos pirotécnicos, faíscas atingiram o teto e deram início ao fogo.

Aumento de passagem dos transportes públicos deflagra protestos que se espalham pelo país, gerando grande repercussão nacional e internacional. Também conhecidas como Jornadas de Junho, são as maiores manifestações do país desde o *impeachment* do então presidente Fernando Collor, em 1992.

*Infiltrados em protesto organizado pelo Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio, em 15 de outubro, Dia do Professor, grupos de manifestantes conhecidos como Black Blocs geram tumulto e quebra quebra no centro do Rio de Janeiro. Os prédios do CCJF e do Foro da Justiça Federal não ficaram imunes, e tiveram várias vidraças estilhaçadas. A confusão resultou em um jovem baleado e 190 pessoas detidas, 64 presas e autuadas por crimes de formação de quadrilha, dano ao patrimônio e roubo.*

Consórcio formado pelas empresas Shell, Total, CNPC, CNOOC e Petrobras vence 1ª Rodada de Licitação do Pré-Sal, com direito a explorar e produzir o petróleo da área de Libra, na Bacia de Santos.

Jornada Mundial da Juventude: Rio de Janeiro vive semana de fé e renovação com papa Francisco, que celebra missa para milhões de pessoas em Copacabana.





... nesse ano...

Acidentes envolvem esportes de inverno em várias regiões do mundo:

- O heptacampeão mundial de Fórmula 1, Michael Schumacher, completa 45 anos no dia 3 de janeiro, mas permanece em coma após acidente de esqui sofrido nos Alpes franceses .
- A esquiadora russa Maria Komissarova sofre um grave acidente em treino para a sua prova de esqui estilo livre e fratura a coluna vertebral.
- A brasileira Lais Souza, ex-ginasta, sofre um acidente em treino em Salt Lake City, nos Estados Unidos, enquanto aguardava a convocação para disputar os Jogos de Sochi. Ela teve uma lesão na vértebra cervical C3.

Uma seca incomum, concentrada nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, provoca a elevação dos termômetros acima do normal, em pleno verão. O calor supera os registros de fevereiro de 2010, que é lembrado como o mês de “fervereiro”.



Foto: ACOI

Um caminhão circula em alta velocidade pela Linha Amarela, em horário proibido, com a caçamba levantada. A sequência de erros poderia não ter passado de apenas mais uma cena de desordem urbana, mas, naquela manhã de 28 de janeiro, o incidente termina de forma trágica. A caçamba atinge em cheio uma das passarelas da via expressa carioca, provocando a morte de cinco pessoas.

O repórter cinematográfico Santiago Andrade, da TV Bandeirantes, morre no hospital, após ser atingido na cabeça por um rojão disparado por um integrante do grupo conhecido como Black Blocks, no Centro do Rio.

## *Processos que se destacaram na história do TRF2*

Em 25 anos, a composição do TRF2 foi ampliada, progressivamente, de 14 para 27 magistrados. Entre monocráticas e colegiadas, a Corte produziu mais de um milhão e duzentas mil decisões judiciais ao longo desse tempo. O Tribunal contou – e conta – entre seus membros, com professores renomados, pesquisadores e festejados autores de obras de referência das letras jurídicas. Seria impossível selecionar nos arquivos de jurisprudência da Corte as decisões mais “importantes”, assim classificadas por qualquer critério comparativo.

Por isso, a simbólica amostragem de 25 decisões proferidas desde 1989 até 2013 que segue abaixo foi feita não por demonstrar maior importância jurídica, mais acuidade na interpretação das leis ou maior capacidade de aplicá-las de acordo com suas finalidades sociais, mas sim por representar algumas das causas que tiveram maior impacto social, que alcançaram maior destaque nos veículos de comunicação ou que permanecem na memória dos integrantes do TRF2.

### **1. Ano Novo Censurado**

O livro “Feliz Ano Novo”, de Rubem Fonseca, ficou famoso pela censura que recebeu do regime militar, em 1976. A obra, que reúne quinze contos do autor de “Agosto”, apresenta personagens sombrios, que lutam pela sobrevivência e para satisfazer instintos básicos e muitas vezes torpes. São assaltantes, repórteres policiais e executivos inescrupulosos, entre outros. A Justiça Federal do Rio assegurou indenização ao autor e a sentença foi confirmada pelo TRF da 2ª Região.

*Proc. 89.02.01725-7*

### **2. Tudo o que 50 mil cruzados novos pudessem comprar**

Em 1990, a Medida Provisória nº 168, convertida mais tarde na Lei nº 8.024, de 12/04/90, pegou os brasileiros de surpresa, ordenando um confisco que o jornalista Luís Nassif qualificou como “a mais traumática hecatombe econômica desde o ‘Encilhamento’, no alvorecer da República”. A norma determinou o bloqueio de todos os depósitos bancários que excedessem 50 mil cruzados novos, que passaram a ser, de uma hora para outra, o limite disponível para qualquer cidadão sacar. Em reiteradas decisões, o Tribunal Regional Federal assegurou a devolução dos valores bloqueados, sob o entendimento de que a

medida do governo violou o princípio constitucional do devido processo legal.

*Proc. 91.02.05597-0*

### **3. Desapropriação do Galeão**

A base do Galeão foi construída nas terras de uma antiga fazenda dos padres beneditinos, que, por sua vez, ficava no local onde franceses e índios tamoios construíram um forte no século 16. Foi naquele local que ocorreu a grande batalha em que os portugueses e seus aliados índios temiminós exterminaram os franceses e os tamoios da Baía de Guanabara. O processo em que os proprietários das terras pleitearam indenização pela desocupação das terras, conduzida pela União para construção da base aérea, foi julgado em 1992 pelo TRF da 2ª Região.

*Proc. 89.02.11468-6*

### **4. Dignidade para os idosos**

Julgamentos envolvendo pedidos de concessão ou restabelecimento de benefícios previdenciários estão muito longe de ser raros na Justiça Federal. Mas um caso específico chama atenção, pelos fundamentos inusitados do voto que decidiu a causa. O relator da ação, que tinha como autor um segurado de 90 anos que teve negado seu pedido administrativo de aposentadoria, ponderou que a Lei de Proteção aos



Animais garante amparo aos seres irracionais, “já os brasileiros somente gozarão de tal tutela se conseguirem, embora em idade provecta, doentes e desamparados, comprovar sem sombra de dúvida a prestação de serviços durante 30 anos”.  
*Proc. 90.02.08648-2*

### **5. Pedofilia no interior do Estado do Rio de Janeiro**

“A cidade é muito pequena e as pessoas ainda comentam: olha as meninas da internet, as prostitutas”. O relato é de uma adolescente moradora de Friburgo, região serrana do Rio de Janeiro, uma das 24 vítimas de um crime ocorrido na cidade e que não para de crescer no mundo: a pedofilia praticada através da internet. Os acusados são três estrangeiros, dois holandeses e um canadense, que foram condenados em processo criminal julgado pelo TRF2. Mesmo condenados em duas instâncias da Justiça Federal, eles conseguiram deixar o Brasil. O caso revela a necessidade de cooperação internacional para inibir esse tipo de prática.

*Proc. 2002.51.05.001420-7*

### **6. Privatização da Vale**

Criada em 1º de junho de 1942 durante o governo Getúlio Vargas e em plena 2ª Guerra

Mundial, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) atua em 14 estados brasileiros e em cinco continentes: América, Europa, África, Ásia e Oceania. No primeiro ano de atuação da Vale, foram produzidas 40 mil toneladas de minério, que é a quantidade embarcada por hora, atualmente. A privatização da CVRD em 6 de maio de 1997 gerou muita controvérsia e protestos acalorados por parte de vários setores da sociedade. Muitas foram as tentativas empreendidas na Justiça Federal de 1º e 2 grau para impedir o leilão.

*Proc. 97.02.12499-9*

### **7. Caso Rubens Paiva**

Uma decisão do TRF2, em 2001, assegurou indenização por danos materiais e morais à viúva e aos cinco filhos do ex-deputado Rubens Paiva, torturado e assassinado durante a ditadura militar. A ação só foi ajuizada na Justiça Federal vinte anos após o homicídio, quando a Justiça Militar, onde tramitava um outro processo que apurava o desaparecimento do parlamentar, entendeu que a competência para julgar a causa da indenização à família de Rubens Paiva seria da Justiça Federal. O Tribunal incluiu na indenização o valor das despesas com que a família teve de arcar tentando localizar o paradeiro da vítima, mais 350 salários-mínimos a cada um dos beneficiados pela decisão, a título de reparação

“pela dor da perda brutal de seu ente querido e brutal pressão a que foram submetidos”.

*Proc. 1999.02.01.058113-6*

### **8. Contaminação criminosa**

Até meados dos anos 1980, os bancos de sangue operavam no Brasil sem regulamentação e sem controle. Foi a pandemia da AIDS, que eclodiu no começo daquela década, que motivou o país a adotar normas rígidas para monitorar a origem do sangue usado em transfusões, logo depois que surgiram os testes para detectar o vírus HIV, causador da doença. Mas até que isso acontecesse, muitos casos de contaminação foram registrados e, alguns deles, comprovadamente criminosos. Foi esse o caso de uma ação criminal julgada pelo TRF2 ainda no seu primeiro ano de funcionamento, em 1989. O dono de um banco de sangue particular foi condenado por fornecer sangue humano contaminado a quatro hospitais e alguns pacientes acabaram infectados pelo HIV.

*Proc. 89.02.12338-3*

### **9. Notas de Real Defeituosas**

Um comerciante que recebeu quatro cédulas de 10 reais defeituosas de um caixa eletrônico é indiciado na polícia após usá-las em

um restaurante obteve indenização por danos morais no valor de 100 mil reais, além do pagamento de 40 reais, relativos às notas. A decisão unânime da 4ª Turma do TRF-2ª Região confirmou sentença proferida nos autos de ação indenizatória movida na Justiça Federal do Rio de Janeiro pelo comerciante contra a Casa da Moeda, empresa pública federal responsável pela fabricação da moeda nacional. Condenada em 1ª instância, a Casa da Moeda apelou ao Tribunal.

*Proc. 2003.51.01.009135-9*

### **10. Caso grego**

Na noite do dia 20 de dezembro de 1990, o armador grego Konstadinos Petichakis violou a lei brasileira. Ao desembarcar do voo 911 da Varig, proveniente de Montevidéu, Uruguai, no então Aeroporto Internacional do Galeão (renomeado, em 1999, em homenagem ao compositor brasileiro Tom Jobim), no Rio de Janeiro, o empresário trazia na bagagem de mão 80 mil dólares não declarados às autoridades brasileiras, que seriam destinados ao pagamento da tripulação de um dos três navios de sua propriedade atracados na capital fluminense. Assim que pisou no saguão de desembarque, o armador foi abordado por três agentes da Polícia Federal. Entretanto, os policiais também conduziram o caso de maneira muito diferente do que diz a

lei: eles fizeram Konstadinos embarcar em uma viatura oficial, levaram-no para um local ermo a poucos quilômetros do aeroporto, tomaram dele a maleta com os dólares e o assassinaram com vários tiros, deixando seu corpo em um matagal. Em outubro de 1992, o TRF2 negou apelação dos agentes contra sentença de primeiro grau que os exonerara do serviço público e os condenara a 24 anos de reclusão, cada um, pelo crime de latrocínio.

*Proc. 92.02.04211-0*

### **11. Derrota de gigante**

A Monsanto, gigante da área de biotecnologia e alimentos, não conseguiu reativar no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) o registro de dois pedidos de patente referentes à tecnologia para produção de grãos transgênicos. A indústria sediada no Estado do Missouri (EUA) ajuizara mandado de segurança na Justiça Federal do Rio de Janeiro, contra a anulação, por ato administrativo do INPI, de dois pedidos de patente. A primeira instância negou a segurança e a Monsanto, então, apelou ao TRF2. A Monsanto é líder mundial na produção de sementes transgênicas, atuando em mais de cem países e faturando cerca de US\$ 5 bilhões ao ano com seus produtos. Em julgamento ocorrido no dia 5 de junho, o TRF2 decidiu manter a sentença

de 1º grau, proferindo uma decisão inédita no Judiciário brasileiro.

*Proc. 2006.51.01.537849-4*

### **12. Óleo no mar**

Quinhentos mil reais é o valor da multa que a o TRF2 impôs à Transpetro – Petrobrás Transporte, pelo derramamento de 4 mil litros de óleo ocorrido no mar, próximo a Angra dos Reis, litoral sul fluminense, em agosto de 2000. O navio Cantagalo, de propriedade da empresa, que pertence ao grupo Petrobrás, despejou o produto na Baía de Ilha Grande, em Angra dos Reis, provocando uma mancha de 40 mil m2. Segundo dados do Instituto Worldwatch, uma das mais respeitadas instituições de diagnóstico ambiental do planeta, desde o começo da década, já houve, em todo o mundo, cerca de 200 grandes vazamentos de óleo no mar, assim considerados aqueles em que o volume total do despejo ultrapassa as 700 toneladas de material cru.

*Proc. 200151010049085*

### **13. Expulsos do paraíso**

Quando o Jardim Botânico foi criado pelo príncipe regente D. João VI em 1808, a região onde está o parque, hoje um dos metros quadrados mais caros do Brasil, era de difícil

acesso. A dificuldade de transporte e a distância do centro do Rio de Janeiro fizeram com que os trabalhadores do local acabassem se mudando com suas famílias para casas instaladas dentro dos limites do horto. Passados cerca de dois séculos, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) ajuizou ações de reintegração de posse na Justiça Federal. Em uma delas, o morador se defendeu contestando a legitimidade do órgão para propor a causa.

*Proc. 90.02.19108-1*

### **14. Caso Malathion**

A 6ª Turma Especializada do TRF2 garantiu a um cidadão o direito de receber do Poder Público o tratamento médico e todos os medicamentos necessários para tratar as sequelas causadas pela exposição a um pesticida altamente tóxico. O Malathion fora usado no Centro de Saúde de Carapina, no Espírito Santo, para eliminar focos da Dengue, mas o desrespeito às normas de manuseio do agente químico acarretou a morte de 11 pessoas, e deixou cerca de 150 intoxicadas. No organismo, o Malathion afeta o Sistema Nervoso Central, causa problemas no cérebro e em outros órgãos vitais, estimula o desenvolvimento do câncer, além de prejudicar a formação de fetos.

*Proc. 200550500073680*

### **15. Amor de mãe não tem gênero**

Cleonildo foi abandonado recém-nascido, no interior da Bahia. A criança não foi matriculada quando atingiu a idade escolar e passava os dias perambulando pela cidade. Juracy, que deixara o interior para viver na Europa, casara-se com um cidadão francês e vivia com conforto. Para garantir um futuro melhor para o menino, então com seis anos, ela decidiu levá-lo para o exterior, usando uma certidão de nascimento falsa. Juracy e o marido foram presos, mas absolvidos pela primeira instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro. Por conta disso, o Ministério Público Federal apelou ao TRF2, questionando uma particularidade do processo: Juracy era um homem que se submetera a cirurgia de mudança de sexo. Para o MPF, a lei não previa a possibilidade de adoção de menor por casal homoafetivo. No julgamento em segunda instância, o TRF2 destacou a diferença entre transexualidade e homossexualidade.

*Proc. 92.02.18299-0*

### **16. Liberdade de atuação**

Alegando que técnicos e auxiliares de enfermagem não podem atuar sem a supervisão de um enfermeiro, o Conselho Regional de Enfermagem (Coren) do Espírito Santo queria



obrigar, judicialmente, as clínicas e hospitais do Estado a contratar profissionais com nível superior, para suprir a alegada carência. O TRF2 levou em conta que a Constituição Federal estabelece a liberdade de atuação e que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei. Para a Corte, o Coren estaria agindo como se fosse um sindicato ao pretender, sem base em lei, obrigar clínicas e hospitais a aumentarem o número de profissionais.

*Proc. 2008.50.01.004028-1*

### **17. Nazistas em águas brasileiras**

O naufrágio do navio pesqueiro Changri-Lá, desaparecido próximo à costa do Rio de Janeiro em 1943, permaneceu um mistério até 1999, quando pesquisas do historiador Elísio Gomes Filho concluíram que a embarcação fora atingida pelo U-199, o maior submarino que a Alemanha nazista usou na Segunda Guerra Mundial. Pouco depois de o Changri-lá ir a pique, o U-199 foi abatido em operação realizada pelas marinha brasileira e americana. O capitão Hans Werner Krauss, capturado, confessou ter afundado, próximo ao litoral de Arraial do Cabo, região do norte fluminense, um navio, que as investigações do historiador confirmaram ser o Changri-lá, levando em conta as coordenadas

descritas pelo diário de bordo do submarino. Por conta da descoberta, os sobrinhos de um dos pescadores mortos no afundamento ajuizaram ação na Justiça Federal, pedindo reparação de danos.

*Proc. 2006.51.01.000210-8*

### **18. Família alternativa**

O Código Civil estabelece que, para comprovar a união estável, o casal deve ter uma relação pública, duradoura e contínua. No entendimento da Quinta Turma Especializada do TRF2, a exigência vale e produz efeitos jurídicos independentemente de se tratar de um núcleo familiar formado por um homem e uma mulher, ou de duas pessoas do mesmo sexo. Foi com base em tal critério que o colegiado proferiu uma das várias decisões já produzidas pelo Tribunal garantindo o direito à pensão previdenciária por morte de companheiro homoafetivo. No caso, em julgamento de apelação cível, o beneficiado foi o parceiro de um servidor falecido da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A União contestara no TRF2 a sentença de primeiro grau, alegando que o artigo 226 da Constituição não reconheceria a união estável entre pessoas do mesmo sexo, que, portanto, não formariam entidade familiar.

*Proc. 2009.51.01.000354-0*

### **19. O perigo da dupla cidadania**

Um banqueiro ítalo-brasileiro, dono do extinto Banco Marka, foi acusado de crime contra o sistema financeiro nacional após ser beneficiado com uma controvertida operação de ajuda financeira do Banco Central do Brasil para cobrir prejuízos com operações de câmbio realizadas em 1999. O prejuízo para os cofres públicos chegaria a R\$ 1,5 bilhão. O empresário fugiu para a Itália para escapar das sanções penais que poderiam decorrer do processo ajuizado na Justiça Federal, após denúncia do Ministério Público Federal. No julgamento de habeas corpus apresentado em 2001, o TRF2 negou o pedido, sob a fundamentação de ofensa à ordem pública e pelo fato de o réu ter dupla nacionalidade, sendo que o Brasil não tem firmado tratado de extradição com a Itália.

*Proc. 2000.02.01.035760-5*

### **20. A maior fraude já cometida contra a Previdência**

No começo dos anos 1990, um grupo formado por advogados, autoridades e servidores públicos perpetrou a maior fraude já cometida contra a Previdência brasileira, através de pedidos de indenizações sobre acidentes de trabalho forjados. O esquema teria causado um rombo de R\$ 600 mi-

lhões, que representavam mais da metade de toda a arrecadação do INSS à época, calculada em R\$ 1,2 bilhão. No processo criminal julgado pela Justiça Federal do Rio de Janeiro, 45 pessoas foram condenadas. O INSS foi constituído como administrador depositário dos bens dos réus. No ano 2000, o TRF2 julgou uma apelação que discutia a posse de um imóvel em Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro, que pertencia a um dos condenados. O apartamento estava ocupado por terceiro, que o recebera em comodato.

*Proc. 2000.02.01.017153-4, 95.02.17806-8, 91.02.13070-0, 93.02.19458-2*

### **21. A tragédia do Bateau Mouche**

O Bateau Mouche IV era uma embarcação do tipo “gaiola”, construída para navegar no Rio Amazonas. Comprado por uma companhia de turismo do Rio de Janeiro, o barco foi adaptado, recebendo mais dois andares e um terraço para fazer passeios pela orla carioca. No dia 31 de dezembro de 1988, o pequeno navio zarpu com 152 pessoas a bordo, em direção à praia de Copacabana, onde acontece a tradicional queima de fogos do Ano Novo. Antes de chegar ao seu destino, o Bateau Mouche IV naufragou. 55 passageiros morreram no acidente. O laudo pericial comprovou que o barco estava superlotado, considerando que sua capacidade era de apenas 62 passageiros. Em 1992, o TRF2

julgou apelação cível que discutiu a responsabilidade objetiva do Poder Público pelo ocorrido, já que a Capitania dos Portos é responsável pela fiscalização do transporte nas águas costeiras. Além disso, os autos trataram de pedidos de indenização por danos materiais e morais.

*Proc. 92.02.09198-6*

**22. Eleição conturbada no Sindicato dos Bancários**

A eleição para a Diretoria do Sindicato dos Bancários no Rio de Janeiro e em São Paulo, ocorrida em 1991, foi conturbada. As chapas de oposição questionaram na Justiça Federal o teor de uma matéria publicada no jornal da categoria, que daria a entender que a Chapa 1, da situação, já teria garantido a sua reeleição, embora o pleito só fosse ocorrer, de fato, algumas semanas depois que a publicação começou a circular. Nos autos de uma ação cautelar, o TRF2 concedeu liminar, ordenando o recolhimento dos exemplares e a publicação de um novo editorial.

*Proc. 91.02.08585-2*

**23. Demissão de agente público envolvido no “propinoduto”**

O termo “propinoduto” foi pela primeira vez usado pela imprensa para se referir ao esquema

de corrupção descoberto em 2002, envolvendo fiscais fazendários, que subornavam empresários para não registrar irregularidades. O grupo teria mandado mais de US\$ 50 milhões para a Suíça em três anos de atuação. Em 2003, o TRF2 julgou apelação de um ex-delegado da Polícia Federal, exonerado após ficar comprovado que ele havia ocultado documentos recolhidos no escritório de representação do Discount Bank Latin America, no Rio de Janeiro. O objetivo da missão policial seria apurar a participação de executivos do banco no esquema criminoso. O TRF2 entendeu que a demissão está entre as punições administrativas que podem ser aplicadas, de acordo com a lei, para restabelecer a ordem pública e que não cabe ao Judiciário interferir nesse poder discricionário.

*Proc.: 2003.51.01.015878-8*

**24. Colarinho branco**

Há 25 anos, uma sequência de operações irregulares no mercado financeiro do Rio de Janeiro causou a histórica quebra da Bolsa de Valores local, que, segundo profissionais do meio, nunca se recuperou totalmente. O sistema funcionou com a participação de corretores e investidores, que tomavam dinheiro emprestado em bancos para aplicar em ações, que, com isso, tinham suas cotações infladas artificialmente. A especulação teve fim quando as instituições financeiras pararam de

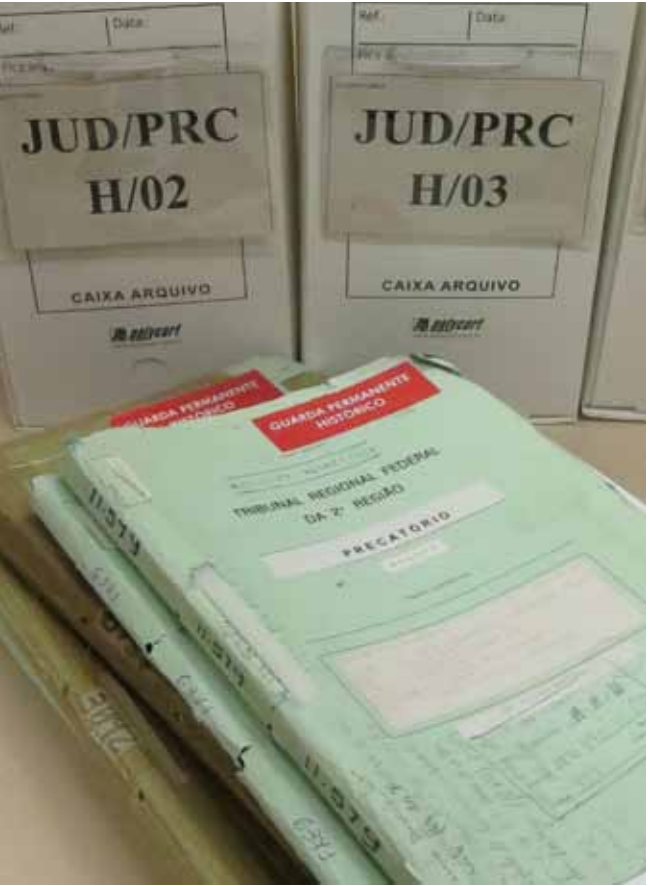
emprestar e a quebradeira começou. O TRF2 julgou habeas corpus impetrado contra um investidor, apontado como idealizador do esquema e que era citado pela imprensa como o paradigma da expressão “colarinho branco”.

*Proc. 90.02.12202-0*

**25. Disputa internacional**

No final de 2009, o caso Sean Goldman ganhou destaque na imprensa mundial e gerou acalorados debates envolvendo juristas, autoridades diplomáticas do Brasil e dos EUA e toda a sociedade. O modelo americano David Goldman, pai de Sean, então com nove anos, disputava a guarda do menino que vivia no Rio de Janeiro com a família da mãe da criança, Bruna Bianchi, que falecera no ano anterior. Em julgamento de apelação apresentada pela avó e pelo padrasto brasileiro de Sean, o TRF2 confirmou a sentença de primeiro grau e ordenou a entrega do menor ao pai em 48 horas. Na manhã do dia 24 de dezembro de 2009, a ordem foi cumprida e pai e filho se encontraram no Consulado dos Estados Unidos, na capital fluminense.

Processo em segredo de justiça.



*Ítems do acervo de processos históricos do TRF2*



No dia 30 de março, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região comemora 25 anos de sua instalação e, meritoriamente, temos muito que festejar.

Em primeiro lugar, porque a data consagrada não apenas uma determinação prevista no § 6º do art. 27 do ADCT<sup>1</sup> da atual constituição mas, também, uma promessa de regionalização da corte recursal do Judiciário Federal, há muito prevista no art. 55 da Constituição Federal de 1891, que seguia os moldes norte-americanos, promessa que fora renovada inúmeras vezes desde então.

A primeira tentativa ocorreu durante o governo Epitácio Pessoa, quando o Decreto-Legislativo nº 4.381, de 5 de dezembro de 1921, autorizou o Poder Executivo a estabelecer três tribunais: no Distrito Federal, em São Paulo e em Pernambuco. Em seguida, a Reforma Constitucional de 1926 alterou o art. 59, II, para assegurar a regionalização da 2ª Instância da Justiça Federal. Porém, antes que

ocorressem medidas efetivas de instalação dos novos tribunais, sobreveio a Revolução de 1930 que, por meio do Decreto nº 19.459, de 6 de dezembro de 1930, estabeleceu o Governo Provisório e previu a eleição de uma Assembleia Constituinte para “reorganização constitucional do país”.

Sob a presidência do então Ministro das Relações Exteriores, Afrânio de Melo Franco, foi instalada, em 11 novembro de 1932, uma comissão encarregada de elaborar o anteprojeto constitucional. O grupo, que passou a ser conhecido como Subcomissão do Itamarati, discutiu longamente o conteúdo do anteprojeto que seria submetido à Assembleia, instalada em 15 de novembro de 1933. No decorrer dos trabalhos dos constituintes, surgiram três propostas distintas: a primeira, favorável à proposição apresentada pelo Ministro do STF, Artur Ribeiro, previa a extinção da Justiça Federal de 1º grau e a manutenção do Supremo Tribunal Federal como instância recursal; a segunda propugnava pela

federalização de todo o Poder Judiciário, com o fim de coibir as ingerências dos potentados locais nas comarcas do interior e, por último, a proposta que mantinha, basicamente, as regras previstas na Constituição Federal de 1891.

Levi Carneiro, relator do capítulo sobre o Poder Judiciário, propôs a manutenção da Justiça Federal, mas Negrão de Lima, defensor da proposta do Ministro Artur Ribeiro, esclareceu que “a Justiça Federal não está aparelhada para a alta missão que lhe incumbe. Dos homens que a exercem, não é o defeito que aponto. Muitos dos seus magistrados se destacam pelo saber e pela inteligência. O defeito é da instituição. A Justiça Federal, tal como está, é um corpo judiciário que não esgota, no interior dos Estados, os deveres que lhe tocam”.

Durante os debates, poucos consensos: o primeiro, que os problemas enfrentados pela Justiça Federal estavam restritos às comarcas do interior e que sua extinção não traria grandes economias financeiras, além de onerar os Estados, que precisariam criar novas varas nas Capitais para absorver a nova demanda. O segundo era que, para os litigantes do interior, sua extinção não traria vantagem alguma, já que deveriam continuar se deslocando para a Capital. Ao revés, haveria prejuízos, já que a grande maioria dos magistrados federais possuía sólida conduta moral e profissional.

A alternativa que se mostrou viável naquele momento previa o estabelecimento de regras de acesso e garantias à magistratura estadual, evitando, dessa forma, que ficasse sujeita a desmandos dos grandes potentados. Previa, também, a extinção da figura do juiz federal suplente, que era designado localmente para o exercício de diligências nas comarcas do interior.

Devido à falta de aparelhamento da Justiça Federal no interior, decidiu-se por limitar o ajuizamento das ações de competência federal nas capitais dos Estados, com previsão de que as diligências necessárias em outra comarca não mais ocorreriam através de juízes federais suplentes ou com o deslocamento do juiz para o local do fato. Para efetivá-las, era necessário solicitar o cumprimento do ato perante o juízo estadual da comarca, por meio de carta precatória, que seria devolvida após a diligência necessária, dando-se continuidade à ação na capital. Finalmente, para dar conta dos recursos, foram criados os Tribunais Federais de 2ª Instância, que novamente não foram instalados.

A Constituição outorgada de 1937 extinguiu a Justiça Federal de 1ª Instância, mantendo, no entanto, seu grau recursal, que continuaria a ser exercido pelo Supremo Tribunal Federal. Essa norma prevaleceria até a promulgação da Constituição Federal de 1946, que criou, por meio de seu art. 103, o Tribunal

Federal de Recursos, delegando-lhe a competência de atuar como instância recursal da Justiça Federal. No § 3º desse mesmo artigo, facultou-se a criação de outros Tribunais Federais de Recursos. O Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, alterou a redação do art. 94, II, da Constituição Federal de 1946, para incluir, dentre os órgãos do Poder Judiciário, os juízes federais, cuja competência ficou estabelecida na nova redação do art. 105 da mesma Carta Magna, que foi ampliada pelo art. 119 da Constituição Federal de 1967. A Constituição Federal de 1967, alterada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, previa a criação de dois tribunais federais, um em São Paulo e outro em Pernambuco, mediante a edição de Lei Complementar, que nunca chegou a ser editada. Foi apenas com o advento da Constituição Federal de 1988, atualmente em vigor, que houve a efetiva criação de Cortes regionais federais, que absorveram a competência recursal do Tribunal Federal de Recursos, extinto pela mesma carta Constitucional.

A efetiva instalação dos Tribunais Regionais Federais, por força de previsão no ADCT, representa a consolidação de uma expectativa e de um ideal inserto na primeira Constituição republicana, a justificar profunda comemoração.

Ademais, desse relato percebe-se que, diversamente da Justiça Federal de 1ª Instância, que teve

sua atuação suspensa entre 1937 a 1967, sua 2ª instância nunca deixou de existir, e a competência atribuída originariamente ao Supremo Tribunal Federal foi transmitida ao Tribunal Federal de Recursos, em 1946, e aos Tribunais Regionais Federais em 1988. Com isso, podemos afirmar que a Justiça Federal de 2ª Instância, que completará 125 anos em 11 de outubro de 2015, por conta de sua trajetória, legitima a celebração de uma expectativa iniciada nos primeiros anos da República.

Outra razão para celebrar este marco de 25 anos de criação do Tribunal Regional Federal da 2ª Região é o fato de ele representar o resultado de um esforço coletivo, não apenas dos seus primeiros membros, mas de todos os que os sucederam. Até a presente data, 57 desembargadores já tomaram posse, e cada um deles contribuiu para a consolidação do entendimento jurisprudencial da 2ª Região.

É ainda importante ressaltar a participação de todo um quadro técnico e administrativo, cujos integrantes somaram suas capacidades intelectuais, suas experiências e suas visões de mundo para consolidar esta Casa de Justiça. Com a soma do trabalho de todos é que construímos este Tribunal. E é por isso que, como representante máximo desta Corte, envio a todos os servidores, ativos, aposentados ou aqueles que não mais pertencem ao nosso corpo funcional, nosso agradecimento pela dedicação a este Tribunal.

Festejamos ainda o fortalecimento, a ampliação e uma maior eficiência e efetividade da Justiça Federal da 2ª Região. Faz-se, assim, relevante apresentarmos a declaração abaixo, que se encontra nos arquivos de nosso Tribunal:

*“Vivo a Justiça, o seu cotidiano fazer, há muitos anos. Suas deficiências, seu mourejar lento, seu aprisionamento a prazos e atos processuais inexpressivos, angustiam-me e atormentam-me. Subjugado por doutrinadores arraigados ao passado, atrelado a praxes medievais, o Poder Judiciário parece desconhecer as conquistas da técnica.*

*Nunca pude aceitar esse fosso que separa o Judiciário da dinâmica do mundo. Temos que cobri-lo com o rico instrumental que aí está e superar os obstáculos com criatividade.*

*Outro dia, numa reunião de homens cultos – ao dizer que a única conquista do Poder Judiciário, desde a Idade Média até hoje, foi substituir, nas audiências, a pena de ganho pela máquina de escrever – advertia que era necessário utilizar os poderes da técnica para agilizar a prestação jurisdicional.*

*Não estamos construindo um Tribunal comum. Busco toda ferramenta disponível para dotá-lo dos meios adequados de modo que ele possa desempenhar sua missão com celeridade e confiabilidade.*

*A estenotipia, a informática, a microfilmagem, a telecomunicação (fax e BBS), os registros fono-videográficos, a implementação de bases de dados de jurisprudência, a utilização do Prodasen, as informações sobre o andamento dos processos irão propiciar à comunidade jurídica facilidades ainda pouco conhecidas. Um só exemplo: não demorará muito e Juízes, Advogados e Procuradores poderão, de seus escritórios ou de suas residências, através de suas linhas telefônicas comuns, com um microcomputador consultar o banco de dados de jurisprudência do Tribunal ou saber em que estágio se encontra qualquer processo.*

*O nosso Tribunal será um Tribunal novo, com espírito jovem, de pé no presente e olhos voltados para o futuro.”*

Essas palavras são do desembargador federal Romário Rangel, publicadas no primeiro TRF Notícias, nº 0, de julho de 1990. Passados 25 anos,



suas previsões já estão aquém da realidade. A humanidade foi ainda mais engenhosa. Nesse lapso temporal, inúmeros avanços, além daqueles antevistos pelo primeiro presidente desta Corte, vieram auxiliar nossos trabalhos. Nesse tocante, vale citar a ampliação do quantitativo de membros do TRF2, que passou dos 14 originários para os 27 atuais, e do quadro funcional, bem como a construção de prédios anexos, que trouxe melhorias para as instalações físicas do Tribunal e da 1ª instância. Cumpre citar, também, a implantação do processo eletrônico e a unificação de diversas ações administrativas. Esses são apenas alguns eventos, dentre outros, que contribuíram para conferir maior celeridade à prestação jurisdicional.

A 2ª Região deixou de estar restrita aos três grandes municípios de sua área jurisdicional (Rio de Janeiro, Vitória e Niterói) para formar uma rede de subseções, que vai desde Resende, no sul fluminense, até São Mateus, no norte capixaba. Foram criados juizados especiais e turmas recursais, aumentou-se o número de juízes e de servidores e investiu-se em sua capacitação, desenvolveram-se ferramentas tecnológicas, sempre visando à prestação de um melhor serviço à sociedade.

Quem veio à cerimônia de instalação do TRF2 no dia 30 de março de 1989, como muitos de nós o fizemos, pode afiançar que 25 anos passam

rápido. Por outro lado, a retrospectiva realizada como uma das iniciativas do projeto 25 anos demonstra que, mesmo que não tenhamos participado diretamente de algum evento histórico, nossas vidas sempre por eles são marcadas, em menor ou maior grau.

25 anos é um marco tradicional em nossa sociedade. Diversas culturas utilizam esse momento para renovar votos, rever estratégias e reviver as ações passadas. Hoje, ao comemorarmos 25 anos de instalação do TRF2, tenho certeza de que, para os que muito realizaram, ficará a sensação de dever cumprido. Dever que impôs limitações, comprometimentos, mas também grandes satisfações. Espero que todos nós, presentes ou não na vida funcional do Tribunal, lembremos desta celebração de 25 anos como uma época de renovação da promessa de sempre estarmos empenhados na construção de um órgão do Poder Judiciário cada vez mais eficaz. Incumbe a todos nós a realização de um futuro melhor!

Sergio Schwaitzer

<sup>1</sup> *Atos das disposições constitucionais transitórias, que estipulou o prazo de seis meses, a contar da promulgação da Constituição de 1988, para que os cinco tribunais regionais fossem instalados.*

## 06

## Referências

### *Bibliográficas*

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. A maioria de uma Corte: 18 anos do TRF da 2ª Região. Rio de Janeiro: TRF2, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

HABEAS DATA, Rio de Janeiro, v.1- v.19, n.1-109, jun. 1996 - jan./fev. 2014.

## *Iconográficas*

**Wikipedia** - p. 43, 45, 47, 49, 51, 53, 55, 59, 61, 63, 65, 67, 73, 75, 77, 79, 83, 85, 87 e 89.

**Acervo TRF2** - p. 9, 16, 18-19, 24-25, 27-40, 42, 44, 46, 48, 50, 52, 54, 56, 58, 60, 62, 64, 66, 68, 70, 72, 74, 76, 78, 80, 82, 84, 86, 88 e 93.

**Acervo CCJF** – p. 71, 81, 90-91.

[www.futbolconpropiedad.com/2011\\_01\\_01\\_archive.html](http://www.futbolconpropiedad.com/2011_01_01_archive.html) - p. 69.





Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-62108-01-3



9 788562 108013



JUSTIÇA  
FEDERAL  
TRF2